



Andréa karla Wanderley Chianello
Orientador: Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro

O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II:
(Re)compondo a história e a memória
institucional no período de 2012/1 a
2018/2



Rio de Janeiro
2024

O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II:
(Re)compondo a história
e a memória institucional
no período de 2012/1 a 2018/2

ANDRÉA KARLA WANDERLEY CHIANELLO
ORIENTADOR: PROF. DOUTOR ROGÉRIO CUNHA DE CASTRO

***O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II:
(Re)compondo a história e a
memória institucional no período
de 2012/1 a 2018/2***

1ª Edição



Rio de Janeiro
2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

C532 Chianello, Andréa Karla Wanderley

O PRONATEC no Colégio Pedro II : (re)compondo a história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2 / Andréa Karla Wanderley Chianello ; Rogério Cunha de Castro. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2024.

104 p.

Bibliografia: p. 97-104.

ISBN: 978-65-5930-140-9

1. Educação profissional. 2. Educação tecnológica. 3. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Brasil). 4. Políticas públicas em educação. 5. Formação profissional. 6. Projeto de extensão. 7. Colégio Pedro II. I. Castro, Rogério Cunha de. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 370.113

RESUMO

CHIANELLO, Andréa Karla Wanderley. O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re) composito a história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2. 2024. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

Este livro digital foi elaborado considerando a divulgação de uma lacuna da história institucional que compreende o período de 2012/1 a 2018/2. O tema que abarca o produto é primordial, uma vez que, apresenta política pública direcionada a educação profissional e tecnológica (EPT). Fundamenta-se nos estudos que permeiam as relações entre trabalho, educação, formação humana integral, memória e história. O produto busca registrar a história da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na modalidade de cursos de formação inicial e continuada (FIC), inserido na área de extensão, que tem de 160 a 400 horas, no Colégio Pedro II. Tem também como objetivo não apenas apresentar os aspectos técnicos do programa, mas também as experiências, percepções e contribuições de uma parcela dos envolvidos, por meio do resgate da memória coletiva.

Palavras-chave: Pronatec; Educação Profissional e Tecnológica; Curso de Formação Inicial e Continuada; Extensão; Colégio Pedro II.

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Este material é um produto educacional resultado da pesquisa de mestrado intitulada O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Colégio Pedro II.

Produto educacional: O PRONATEC NO COLÉGIO PEDRO II: (re)compondo a história e a memória institucional no período de 2012/1 a 2018/2.

Área de conhecimento: Ensino.

Público-alvo: docentes, gestores, técnicos administrativos e demais membros da comunidade escolar.

Finalidade: apresentar parte da história institucional referente a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Categoria: livro digital.

Produção e organização: Andréa Karla Wanderley Chianello.

Diagramação: Natália Strauss.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, assim como a proibição do uso comercial deste produto educacional.

Divulgação: meio digital.

Instituição envolvida: Colégio Pedro II.

Idioma: Português.

Cidade: Rio de Janeiro/RJ.

País: Brasil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMES - Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BFE - Bolsa-Formação Estudante
BFT- Bolsa-Formação Trabalhador
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CEDOM - Centro de Documentação e Memória
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNTC - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude
CPII - Colégio Pedro II
DEC - Diretoria de Extensão e Cultura
DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC - Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IFs - Instituições Federais de Ensino
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MBE - Movimentos de Educação de Base
MCP - Movimento de Cultura Popular
MDI - Mapa de Demanda Identificada
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NUDOM - Núcleo de Documentação Histórica do Colégio Pedro II
ONU - Organização das Nações Unidas
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PEI - Plano Estratégico Institucional
PPA - Plano Plurianual
PPPI - Plano Político Pedagógico Institucional
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PANFLOR - Plano de Qualificação Profissional
PCCTAE - Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação
PNAE - Plano Nacional de Alimentação Escolar
PREC - Pró-reitoria de Extensão e Cultura

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROJOVEM - Programa Nacional da Inclusão de Jovens

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPGPEC - Pró-reitoria de pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura

RFEPECT - Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológica

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SESI - Serviço Social da Indústria

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação

SINE - Serviço Nacional de Emprego

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFTR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do Tempo do Colégio Pedro II – Plano de Integridade do CPII (2022-2023)	24
Figura 2 – Capas dos Guias Pronatec de cursos FIC – 1ª a 4ª edição	43
Figura 3 – Etapas de execução do Bolsa-Formação	48
Figura 4 – Acervo documental Pronatec – Depósito de materiais (Reitoria)	51
Figura 5 – Fachada da Unidade Remota Paty do Alferes	62
Figura 6 – Fachada da Unidade Remota Saquarema	62
Figura 7 – Formatura Pronatec no Estado do Rio de Janeiro	63
Figura 8 – Entrega de certificado para aluna do CPII em evento no Estado do Rio de Janeiro	63
Figura 9 – Formatura da Unidade Remota Paty do Alferes Janeiro	67
Figura 10 – Formatura Campus Duque de Caxias	67
Figura 11 – Formatura dos campi Centro e Engenho Novo II	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/1.....	54
Tabela 2 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2	56
Tabela 3 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2 a 2013/1.....	57
Tabela 4 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2013/1	59
Tabela 5 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2013/2 a 2014/1	60
Tabela 6 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2014/2	65
Tabela 7 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2015/2 a 2016/1.....	68
Tabela 8 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2016/2 a 2017/1	70
Tabela 9 – Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2017/2 a 2018/2.....	72
Tabela 10 – Ex-alunos(as) - Aprendizados e experiências	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de matrículas do Pronatec no período de 2012/1 a 2018/2	52
Gráfico 2 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2012/1	54
Gráfico 3 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2012/2	56
Gráfico 4 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2012/2 a 2013/1	58
Gráfico 5 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2013/1.....	59
Gráfico 6 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2013/2 a 2014/1	61
Gráfico 7 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2014/2	66
Gráfico 8 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2015/2 a 2016/1.....	68
Gráfico 9 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de – 2016/2 a 2017/1.....	70
Gráfico 10 – Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2017/2 a 2018/2	72
Gráfico 11 – RFE por campus e Unidade Remota no período de 2012/1 a 2018/2	75
Gráfico 12 – Agentes de atuação - Relevância do Produto Educacional (PE)	77
Gráfico 13 – Ex-alunos(as) - Relevância do Produto Educacional (PE)	78
Gráfico 14 – Agentes de atuação - Qual a função exercida no curso de FIC?	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 15 – Agentes de atuação - Em que ano você participou do Pronatec?	79
Gráfico 16 – Ex-alunos(as) - Em que ano você concluiu do Pronatec?	80
Gráfico 17 – Ex-alunos(as) – Identifique o curso que você frequentou	81
Gráfico 18 – Agentes de atuação – Lembranças e momentos marcantes	82
Gráfico 19 – Agentes de atuação – Pontos positivos e negativos	84
Gráfico 20 – Agentes de atuação - Percentual de colaboração dos cursos de formação inicial e continuada na formação de indivíduos .	89
Gráfico 21 – Ex-alunos(as) - Motivo para realização da matrícula	90
Gráfico 22 – Ex-alunos(as) - Objetivo para conclusão do curso	91
Gráfico 23 – Ex-alunos(as) - Percentual da empregabilidade e da continuidade dos estudos	92
Gráfico 24 – Ex-alunos(as) - Índice de conhecimento utilizado do curso FIC após o término	93
Gráfico 25 – Ex-alunos(as) - Percentual de tempo na área profissional com os conhecimentos do curso	93
Gráfico 26 – Ex-alunos(as) - Grau de satisfação obtido com o Curso FIC para o desenvolvimento profissional	94



SUMÁRIO

Apresentação	13
Trabalho, Educação e Formação Omnilateral	14
EPT e a dualidade estrutural	17
Breve histórico do Colégio Pedro II	23
Memória, História e o Colégio Pedro II	25
A Formação Continuada inserida na Extensão como um dos pilares da RFEPCT	30
Políticas públicas antecessoras ao Pronatec	34
O Pronatec no Colégio Pedro II	40
Considerações Finais	96
Referências	97

Apresentação

Esse *e-book* é produto educacional oriundo da pesquisa inserida na Linha de pesquisa 2, Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional, no âmbito do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) desenvolvida no Colégio Pedro II.

O Colégio Pedro II (CPII) foi criado em 02 de dezembro de 1837, é uma autarquia federal e, em sua composição, apresenta quatorze *campi* distribuídos entre a cidade do Rio de Janeiro, nos bairros do Centro, Engenho Novo, Humaitá, Tijuca, Realengo e São Cristóvão, e as cidades de Niterói e Duque de Caxias. A partir da publicação da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, ampliou suas características pedagógicas, pois foi inserido na Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT), incluindo, assim, além da oferta de educação básica, cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) surgiu, por meio da Lei n.º 12.513 de 26 de Outubro de 2011, com o propósito de ampliar acesso à educação para a sociedade, considerando a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, conforme as exigências do mundo globalizado.

A partir de sua nova referencialidade o CPII implementou o Pronatec, na modalidade Bolsa Formação Trabalhador, por meio de cursos de formação inicial e continuada (FIC), com carga horária mínima de duração de 160 horas, conforme previsto no art. 5º, § 1º da Lei que cria o Pronatec, e no Decreto 5.154 de 2004.

No âmbito do CPII, seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) apresenta em seu Mapa Estratégico, no eixo “Acadêmico e Pedagógico”: “Disseminar a História do CPII de maneira a preservar a memória institucional e fortalecer os sentimentos de identidade, pertencimento e cidadania”.

A elaboração desse *e-book* surge como instrumento para disseminação de uma parcela da lacuna da história institucional, uma vez que apresenta dados técnicos, experiências, percepções e contribuições, resgatando a memória coletiva, de ex-alunos(as) e agentes de atuação (profissionais) que participaram do Pronatec, no período de 2012/1 a 2018/2.

Trabalho, Educação e Formação Omnilateral

Se considerarmos a inter-relação que existe entre educação e trabalho na formação humana, promoveremos a formação de um homem não alienado. A dificuldade para identificarmos essa relação ocorre, segundo Saviani (1991), porque, a partir da modernidade, a sociedade voltada para o capitalismo procura constantemente técnicas de trabalho mais inovadoras, inserindo conhecimentos adquiridos pelo homem como força produtiva.

Segundo Nosella (2007), o trabalho e a educação podem indicar um fato existencial e um princípio pedagógico. Esse fato existencial tem relação com a história do homem, já que, desde que se reconhece como homem, existe em sua formação uma interligação entre as atividades que potencializam sua existência e as voltadas para sua sobrevivência. Enquanto princípio pedagógico, essa relação fortalece-se com a intensa industrialização e a possibilidade do trabalho como princípio educativo.

Uma possibilidade de definição da existência humana é o trabalho, é ele que caracteriza a nossa existência. Desse modo, a relação dialética entre trabalho e educação é a base para qualquer discussão teórica que almeje a construção de uma escola unitária que seja contra-hegemônica e que forme, a partir dessa contradição, um indivíduo omnilateral.

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa 'todos os lados ou dimensões'. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.
(Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 265).

Trabalho, Educação e Formação Omnilateral

Segundo os autores, a educação omnilateral tem compromisso com o desenvolvimento pleno do ser humano, considerando todas as dimensões que convergem para esse fim. Assim sendo, deve considerar os aspectos objetivos e subjetivos, haja vista contribuir para o processo de desenvolvimento das diversas dimensões constituintes do gênero humano, o que significa levar em conta as condições sócio-históricas que permeiam a vida em suas múltiplas determinações. Essa forma de conceber o ser humano e o processo educativo reflete uma dada concepção de mundo e compromisso político cujo cerne é a contraposição à perspectiva burguesa de sociedade e, conseqüentemente, de educação. Segundo Frigotto (2012) tal concepção de ser humano é o oposto da concepção burguesa centrada numa suposta natureza humana sem história, individualista e competitiva, na qual cada um busca o máximo interesse próprio. Pelo contrário, pressupõe o desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não como forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 266).

Dessa forma, se refletirmos sobre a complexidade da formação humana e sua relação com a educação e a relevância com que a divisão social do trabalho interfere nos processos educativos, poderemos almejar caminhos e, quem sabe, construir uma práxis social que resulte numa sociedade mais igualitária e humana. Freire compreende práxis como uma estreita relação estabelecida “entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a conseqüente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora” (Freire, 2013, p. 327).

Atualmente vivemos numa sociedade desigual, fundamentada no individualismo, na competição e no consumo desenfreado, com sinais de um ideário neoliberal que conquista, cada vez mais, corações e mentes, com um falso discurso de que é possível,

Trabalho, Educação e Formação Omnilateral

com muito esforço e trabalho, que todos ascendam socialmente. Esse quadro torna o desafio de uma educação omnilateral ainda mais difícil. De acordo com Frigotto e Ciavatta (2012), a tarefa do desenvolvimento humano omnilateral e dos processos educativos que a ele se articulam direciona-se num sentido antagônico ao ideário neoliberal. O desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas. Esta, todavia, é a tarefa para todos aqueles que buscam abolir estas relações sociais (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 270-271).

Aborda Gramsci (1968) que a escola que unifica trabalho, ciência e cultura será necessariamente ativa e articulada ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. Sua finalidade é a formação de homens desenvolvidos multilateralmente que articulem à sua capacidade produtiva as capacidades de pensar, de estudar, de dirigir ou exercer o controle social sobre os dirigentes: “[...] a escola de cultura geral deveria propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (Gramsci, 1968, p. 36).

O trabalho como princípio educativo significa defender o direito ao acesso à cultura, à ciência e à tecnologia para todos os trabalhadores, não de forma onisciente ou profissionalizante, mas de modo a alavancar competências ao mesmo tempo intelectuais e práticas dos alunos, para a formação da práxis humana. Por causa disso tem-se a importância da manutenção do caráter público da escola e de seu compromisso com a qualidade de sua proposta pedagógica.

EPT e a dualidade estrutural

A Declaração Universal dos Direitos Humanos coaduna com a Constituição Brasileira, pois prevê que todos os brasileiros têm direito à educação, responsabilizando a família, o governo e a sociedade como propulsoras desse direito. A Constituição reconhece a educação como meio para o desenvolvimento da espécie humana enquanto ser social e produtivo. Nesse sentido, ressalta-se que tanto a Declaração dos Direitos Humanos quanto a Constituição Brasileira asseguram a educação como condição elementar para o exercício da cidadania, mencionando a formação/qualificação profissional como elemento da educação.

Para se compreender o campo da educação profissional e tecnológica (EPT), é necessário analisar a base de formação da educação brasileira. E para isso faz-se necessária a compreensão do trabalho como princípio educativo em consonância ao preconceito em relação ao trabalho manual.

Durante o período do Império havia a preocupação com a busca de formação dos trabalhadores em vários ofícios, tendo como foco o resgate das crianças de rua para que não viessem a ser cidadãos ociosos, tornando-se um perigo para a sociedade. A formação da força de trabalho concentrava-se nas associações religiosas e filantrópicas.

Quanto à educação profissional técnica de nível médio, foram criadas as primeiras instituições, embora com função assistencialista, para abrigar e formar meninos “órfãos e desamparados” de classes sociais desfavorecidas (Fonseca, 1986, p. 153).

O início das políticas de educação técnica e profissionalizante no Brasil tem diferentes versões. Para uma grande maioria, o marco inicial da história é o ano de 1909, quando Nilo Peçanha, presidente da República, publicou o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, que criou e organizou, nas capitais dos estados da República, as Escolas de Aprendizes e Artífices, com o objetivo de pôr fim ao trabalho escravo, considerando a necessidade preeminente de uma política de controle do proletariado e também de atender a demanda das indústrias instaladas no país.

EPT e a dualidade estrutural

A EPT passou ser tratada como uma política pública no Brasil nos anos de 1930, com o processo de industrialização apresentando altas taxas de crescimento e assim impulsionando o Estado a assumir o papel de incentivador. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública significou uma centralização de decisões que envolviam a política educacional.

O período de 1930 a 1945 é, então, identificado como uma época centralizadora da organização da educação e de discussões mais amplas sobre o tema, quando a educação era discutida pelos conservadores católicos que desejavam ensino religioso, particular, diferente para os sexos e “pelos educadores influenciados pelas ideias novas, que defendiam a laicidade, a co-educação a gratuidade, a responsabilidade pública em educação” (Ribeiro, 1992, p. 99).

O caráter propedêutico do ensino secundário, que direcionava ao ensino superior, foi preservado, legitimando distintas finalidades para a educação no Brasil. De um lado, uma formação para as elites, e, do outro, um ensino profissional cuja formação estava voltada “às necessidades emergentes da economia industrial e da sociedade urbana – embora ainda preso à tradição assistencialista” (Regattiere; Castro, 2010, p. 19), direcionado aos filhos da classe trabalhadora.

Segundo Machado (1991, p. 50), a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro não seria senão o reflexo da estrutura elitista da sociedade como um todo. O ensino secundário propedêutico continuava preferido pelas classes economicamente mais favorecidas da sociedade para as quais o ensino superior era reservado.

O período de 1945 até 1964 por se configurar numa época de intensos debates que culminaram em importantes modificações que alteraram, de forma significativa, a estrutura da educação profissional no Brasil. Uma mudança relevante refere-se à equivalência dos cursos técnicos em relação aos secundários (atualmente chamados de ensino médio).

EPT e a dualidade estrutural

A separação entre ensino profissional e cultural chegou a ser tão rigorosa que, na época, não se permitia aos alunos, uma vez ingressantes no curso profissional, continuar na série correspondente ao ensino secundário propedêutico.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que substituiu as diretrizes da Reforma Capanema, estabeleceu a equivalência dos cursos técnicos ao ensino secundário, possibilitando o ingresso de seus discentes em cursos superiores.

Segundo Machado (1991) a partir da tomada do poder pelos militares, em 1964, o modelo de desenvolvimento assumido foi pautado por dois objetivos básicos que estabelecem certa complementariedade entre si. O primeiro consiste no esforço de avançar e aprofundar a reprodução da acumulação capitalista. O segundo, um modo particular de participação na divisão internacional do trabalho, integrada ao sistema capitalista mundial, pautando-se pela teoria da interdependência (Saviani, 2007)

Analisando a política educacional de forma macro, pós-regime militar, podemos citar como marco importante a Constituição de 1988, que reestabeleceu a vinculação orçamentária do Estado, ou seja, obrigou os governos a destinarem um percentual dos seus orçamentos para a educação.

Na década de 1990, várias escolas técnicas e agrotécnicas, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), originando em 1994 a base do sistema nacional de educação tecnológica. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/96) e o Decreto Federal 2.208/97 instituíram as bases para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil. Este Decreto regulamentava a LDB, tornando a oferta dos cursos técnicos com currículo próprio de modo independente do ensino médio, podendo ser realizada somente nas modalidades concomitante ou subsequente.

EPT e a dualidade estrutural

Isso significou o fim da perspectiva de uma educação profissional politécnica.

Por meio da Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994, foram proibidas as construções de novas escolas federais pelo governo federal.

Em 1997 algumas mudanças ocorreram a partir da publicação do Decreto no 2.208, tais como: regulamentação dos artigos 39 a 42 e parágrafo 2º do artigo 36 da LDB; Educação profissional em níveis: básico, técnico e tecnológico; Nível técnico – habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do Ensino Médio – Concomitante ou sequencial – originou uma separação curricular; Pedagogia das competências – adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capitalismo.

A partir de 2003, no primeiro governo do então presidente Lula, o cenário da EPT começava a se movimentar por meio de discussões e debates. Um desses movimentos foi a organização do Seminário Nacional sobre Ensino Médio: Construção Política, realizado em Brasília, que teve como eixo e balizamento da concepção de ensino médio, o conhecimento, o trabalho e a cultura. A concepção de formação que permeava esse horizonte era a de sujeitos autônomos, tecnicamente capazes de responder às demandas da base científica digital-molecular da produção, mas, politicamente, protagonista de cidadania ativa na construção de novas relações sociais (Brasil, 2004). Outra importante ação foi a revogação do Decreto nº 2.208/1997 que desmantelava a educação profissional, restringindo-a a qualificação e capacitação profissional para atender o modo capitalista de produção. Em contraposição, publicou-se o decreto nº 5.154/2004, conhecido como o decreto conciliatório, porque possibilitou a (re)integração da educação profissional ao ensino médio, apesar de não ter extinguido outras formas de oferta, como a concomitante.

EPT e a dualidade estrutural

Nesse cenário, observa-se que os movimentos de luta em prol de uma formação profissional integrada, iniciados em 2003, foram impulsionadores para a EPT, principalmente se consideramos a publicação do Decreto nº 5.154/2004 e a promulgação da Lei nº 11.741/2008, que alterou os dispositivos da LDB (1996), visando a redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Ou seja, de 1909 a 2008, a EPT esteve à margem das políticas de Educação Básica (EB), pois as normativas legais, como as leis de diretrizes e bases não incorporavam a Educação Básica. Assim, entende-se que a Lei nº 11.741/2008 foi um avanço para a EPT, à medida que passa a ser tratada como modalidade da EB.

O grande marco histórico da EPT foi a expansão da rede federal de educação tecnológica, juntamente com a ampliação de suas funções para o ensino superior, integrado com a pesquisa e o desenvolvimento científico-tecnológico dar-se-á por meio da publicação da Lei n 11.892 de 29/2/2008, que cria os Institutos Federais e que expandiu acesso a EPT nos últimos anos.

O novo desafio se dá a partir da publicação da Lei 13.415/2017, que altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Além disso, revoga a lei nº 11.161/2005 – que dispõe sobre o ensino da língua espanhola, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Essa Lei não contribuiu para valorização do ensino técnico, tampouco favoreceu políticas de formação docente para essa modalidade de ensino. Ao contrário, induziu o notório saber que é uma maneira de garantir profissionais, não professores, regentes de salas de aula para educação profissional técnica de nível médio.

EPT e a dualidade estrutural

Diante desse contexto, o que se observa ao longo da história é que as políticas para a educação profissional vêm subjugando essa formação aos desmandos do mercado de trabalho, submetendo-se aos modos de produção capitalista.

A dualidade estrutural é a categoria de análise que permite compreender a tensão existente entre formação para a continuidade dos estudos e formação para o mercado de trabalho, existente no ensino médio brasileiro exatamente por seu caráter intermediário de formação. Na análise da autora sobre as legislações educacionais, a diferenciação de ofertas formativas para classes sociais distintas sempre esteve claramente exposta pelo princípio educativo tradicional, no qual havia “a existência de dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos” (Kuenzer, 1997, p. 15).

Breve histórico do Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II é uma autarquia, tradicional instituição de ensino público federal, localizada no estado do Rio de Janeiro. É o segundo colégio mais antigo em atividade no país, tendo recebido esse nome em homenagem ao Imperador D. Pedro II, e foi fundado em 1837. Superou períodos de crise institucional devido à perda de seu patrono, o imperador D. Pedro II. A partir de 1889, várias mudanças de nome ocorreram em sua história, dentre elas: Instituto Nacional de Instrução Secundária /Ginásio Nacional, além de alterações da política educacional, mediante reformas de ensino. O antigo casarão da rua Larga de São Joaquim, depois Externato do Colégio Pedro II, hoje Campus Centro, foi tombado em 1983 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo reconhecido como “um dado da nossa nacionalidade” e, até hoje, guarda grande parcela da memória histórica da Instituição. Atualmente em sua composição, apresenta quatorze *campi* distribuídos entre a cidade do Rio de Janeiro, nos bairros do Centro, Engenho Novo, Humaitá, Tijuca, Realengo e São Cristóvão, e as cidades de Niterói e Duque de Caxias.

A partir da publicação da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, ampliou suas características pedagógicas, pois foi inserido na Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT), incluindo, assim, além da oferta de educação básica, cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu. Um marco importante para a instituição, pois passou a abarcar um projeto mais abrangente em educação

Missão

A missão do CPII é promover educação de excelência, sendo pública, gratuita e laica, por meio da **indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão**, resultando na formação de pessoas capazes de intervir de modo responsável na sociedade

Visão

A visão do CPII é ser uma instituição pública de excelência em **educação integral e inclusiva, consoante com o mundo contemporâneo**, e as novas técnicas e tecnologias, comprometido com a formação de cidadãos, visando uma sociedade ética e sustentável”

Breve histórico do Colégio Pedro II

Figura 1 - Linha do Tempo do Colégio Pedro II - Plano de Integridade do CPII (2022-2023)

A HISTÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II



- 1837**
Em decorrência da reorganização do **Seminário de São Joaquim** (1739), na data de aniversário do Imperador-Menino (2 de dezembro), foi fundado o Colégio, que recebeu o nome de **Imperial Colégio de Pedro II**.
- 1857**
Dividiu-se em **Internato e Externato**, sendo a primeira modalidade instalada no bairro da **Tijuca**, onde permaneceu até **1888**, quando as suas dependências foram transferidas para **São Cristóvão**.
- 1889**
Com a perda de seu patrono (D. Pedro II), houve mudanças de nome (**Instituto Nacional de Instrução Secundária / Ginásio Nacional**) e alterações da política educacional (Reformas de Ensino).
- 1911**
Reassumiu a primitiva designação de **Colégio Pedro II (CPII)**.
- 1950**
Até a década de 1950, era considerado como **"Colégio Padrão do Brasil"**, sendo referência no panorama da educação nacional.
- 1952**
Foram inauguradas as **Seções Norte e Sul e Seção Tijuca**. A partir de **1979**, as Seções passaram a se chamar **Unidades Escolares**, seguido do nome do bairro onde estavam localizadas, atendendo aos atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- 1983**
O casarão da Rua Larga de São Joaquim, depois Externato do Colégio Pedro II, hoje **Campus Centro**, foi **tombado** em 1983 pelo **Patrimônio Histórico**, sendo reconhecido como "um dado da nossa nacionalidade".
- 1984**
Instituída a **primeira Unidade Escolar** especializada na oferta dos **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. A partir de 1985, essa oferta foi implementada em outras três unidades, que ficaram conhecidas desde então como **"Pedrinhos"**. Em seguida, essas unidades passaram a ser chamadas oficialmente de **"Unidades I"**, e as especializadas nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de **"Unidades II"**.
- 2006**
Foi inaugurada a primeira unidade fora do município do Rio de Janeiro, a **Unidade Descentralizada Niterói** e, em seguida, em 2007, foi inaugurada a **Unidade Descentralizada Duque de Caxias**.
- 2010**
Foi inaugurada a **Unidade Escolar Realengo I** que, além de oferecer os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, passa a ser a primeira a ofertar a **Educação Infantil**.
- 2012**
Com a **equiparação do CPII aos Institutos Federais**, as Unidades Escolares passaram a se chamar **campi**.
- 2013**
A Educação Infantil, antes ofertada na Unidade Escolar Realengo I, agora se separa e é denominada **Unidade de Educação Infantil Realengo**. Em 2016, passa a se chamar **Centro de Referência em Educação Infantil Realengo**.
- 2017**
O Colégio Pedro II completa **180 anos**.
- 2018**
É lançado o novo **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPP)** do Colégio Pedro II.
- 2019**
Foi publicado o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** para o período de **2019-2023**.

Memória, História e o Colégio Pedro II

Ao contarmos uma história a partir de sua trajetória deparamo-nos com a necessidade de compreender o conceito de memória e história. História e memória desempenham papéis primordiais nas instituições públicas, influenciando não apenas como essas instituições operam no presente, mas também delineando sua identidade e direcionando suas ações futuras. Ao reconhecer e valorizar sua própria história, essas instituições tornam-se agentes propulsores mais eficazes de mudança positiva e progresso social.

Memória e história são conceitos abordados constantemente como sinônimos pelo senso comum, porém há diferenças. Motta (2003) aponta que memória é um arquivo dos acontecimentos do passado e do futuro.

A definição de Motta (2003) impulsiona-nos para necessidade de compreensão do conceito de história. Le Goff (2013) apresenta a história como crítica da memória, ou seja, a ciência que vai analisar criticamente as lembranças materializadas em memórias.

Sendo a memória uma fonte para a história, a construção da memória coletiva pode ser vista como uma “forma importante na luta das forças sociais pelo poder” (Le Goff, 2013, p. 390), posto que a memória coletiva possa ser manipulada de acordo com os grupos dominantes e os seus interesses.

A definição de Le Goff (2013) corrobora a proposta desse projeto que visa ao armazenamento da história do Pronatec no CPII e que também coaduna com os apontamentos de Motta (2003) e Nora (1993).

Baseado nos apontamentos de Nora (1993) sobre as diferenças entre história e memória é possível compreender que memória nada mais é que um arquivo dos acontecimentos do presente e do futuro, e a história fica perpetuada pelos acontecimentos que podem ser pessoas, grandes obras, etc., gravadas na memória, que depois os transfere para a história. Ao contrário da memória, a história aposta na descontinuidade, pois ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão (Nora, 1993, p. 9).

Memória, História e o Colégio Pedro II

É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Esses apontamentos demonstram a necessidade de refletir sobre a importância dos registros da memória para o resgate de uma parte da história institucional do CPII, tendo em vista toda a sua trajetória no cenário da educação do Brasil e no referencial que representa para a sociedade. A estrutura e o reconhecimento do Colégio, até os dias de hoje, são resultados da sua formação, que acompanha, em grande parte, a história do país.

O CPII, com o objetivo de manter a dinâmica de preservação, conservação, divulgação e resgate do acervo histórico documental, criou o Centro de Documentação e Memória (CEDOM), que foi instituído pela Portaria CPII nº 4.231, de 4 de agosto de 2014, alterada pela Portaria CPII nº 2.677, de 31 de agosto de 2016. Tal Centro é composto por setores que foram criados em diferentes épocas, com finalidades específicas, tais como: Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), que tem como objetivo resgatar, organizar, preservar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico, bibliográfico e documental da história e memória do CPII, estimular, orientar e apoiar pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação; e supervisionar atividades de educação patrimonial e de iniciação científica e, tem também o compromisso com a produção de pesquisas sobre o CPII, utilizando-se do precioso acervo riquíssimo em obras únicas, fundamental para os pesquisadores da história da educação no Brasil. A Biblioteca Histórica tem como atribuição conservar e divulgar a história e a memória da Instituição por meio de seu acervo antigo. O Museu Histórico tem a função de conservar e divulgar a história e a memória da Instituição por meio de fotos, documentos e objetos que compõem seu valioso acervo.

Memória, História e o Colégio Pedro II

Segundo Motta (1993), a história é operada com outros sentidos e em outras direções. Por oposição à memória, a história denuncia e investiga alguns aspectos antes ignorados pela memória. Os lugares de memória são ainda marcados por conteúdos múltiplos. São, ao mesmo tempo, material simbólico e funcional (Nora, 1993, p. 21).

A memória é um elemento integrante do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva.

Segundo Le Goff (2013), a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Maurice Halbwachs (2013) trata com propriedade a relação entre memória individual e memória coletiva, ressaltando que a memória individual não é um fenômeno isolado, mas está fortemente ligada à memória coletiva de um grupo ou sociedade. O autor destaca que a memória coletiva tem importância na construção da identidade coletiva, oferecendo uma base compartilhada de pertencimento e continuidade histórica para os grupos sociais. As nossas lembranças precisam de uma comunidade, que é pautada no convívio social, e podemos então ter base em nossa impressão nas memórias de outras pessoas que estão compondo o mesmo grupo/comunidade da qual estamos inseridos para completar a nossa própria percepção dos acontecimentos. De acordo com o autor não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança.

Memória, História e o Colégio Pedro II

É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Esses apontamentos demonstram a necessidade de refletir sobre a importância dos registros da memória para o resgate de uma parte da história institucional do CPII, tendo em vista toda a sua trajetória no cenário da educação do Brasil e no referencial que representa para a sociedade. A estrutura e o reconhecimento do Colégio, até os dias de hoje, são resultados da sua formação, que acompanha, em grande parte, a história do país.

O CPII, com o objetivo de manter a dinâmica de preservação, conservação, divulgação e resgate do acervo histórico documental, criou o Centro de Documentação e Memória (CEDOM), que é composto por setores que foram criados em diferentes épocas, com finalidades específicas, tais como:

- Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), que tem como objetivo resgatar, organizar, preservar e divulgar o acervo manuscrito, iconográfico, bibliográfico e documental da história e memória do CPII, estimular, orientar e apoiar pesquisas acadêmicas de graduação e pós-graduação; e supervisionar atividades de educação patrimonial e de iniciação científica e, tem também o compromisso com a produção de pesquisas sobre o CPII;
- A Biblioteca Histórica tem como atribuição conservar e divulgar a história e a memória da Instituição por meio de seu acervo antigo. O Museu Histórico tem a função de conservar e divulgar a história e a memória da Instituição por meio de fotos, documentos e objetos que compõem seu valioso acervo;
- O Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico (LADAH) foi criado para digitalizar os acervos do CEDOM;

Memória, História e o Colégio Pedro II

- O Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes tem o objetivo de dar acesso a pesquisadores em nível de graduação e pós-graduação ao acervo do ex-aluno e professor catedrático de Português e Espanhol do CPIL, composto de livros, artigos e periódicos, postais raros, história do Rio de Janeiro., traduções e correspondências ativas e passivas, resultados de seminários, simpósios e encontros.

Todos funcionam no *campus* Centro, na cidade do Rio de Janeiro.

Dotado de alma e historicidade, o Colégio Pedro II é definido como “lugar de memória”: lugar ao mesmo tempo material, simbólico e funcional, fechado sobre si mesmo, recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto para a extensão de suas significações, que ultrapassou sua marcade origem – abrigo de órfãos, seminário, colégio de elite e Escola Pública de massa e qualidade – conjugando sempre tradição e modernidade, renovação e evolução como “um elo vivido no eterno presente (...) onde a memória está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento (e) que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto” (Boclin, 2018, p. 377).

A Formação Continuada inserida na Extensão como um dos pilares da RFEPECT

A extensão universitária no Brasil, oficialmente, iniciou a ser regulamentada por meio do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, que reformou o ensino superior no país e estabeleceu o formato das instituições do setor. O texto da chamada “Reforma Francisco Campos”, autorizava as universidades, tanto públicas como privadas, a criarem “cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, a atividade técnica e científica dos institutos universitários”, e definia que “a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário”

A partir da década de 1950, estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), elaboraram inúmeros projetos de alfabetização, educação e cultura que foram consolidados nos Movimentos de Educação de Base (MBE) e de Cultura Popular (MPC). Nesse momento surgiu um trabalho nomeado de Serviço de Extensão Cultural, criado pela atual Universidade Federal de Pernambuco, por intermédio do educador Paulo Freire.

Após o golpe militar, no ano de 1968 criou-se o Projeto Rondon que tinha como características atividades voltadas no interior do Amazonas de Saúde, Educação, Meio Ambiente e Agricultura. O projeto foi extinto em 1989 e recriado em 2005.

A partir de 1970 a extensão começou a ganhar um novo formato mediante a estrutura da Universidades, com a criação de Pró-Reitorias. No ano de 1987, ocorreu o primeiro encontro nacional de pró-reitores de extensão, o qual definiu-se a extensão universitária como “via de mão-dupla” entre Universidade e sociedade, que se articula às áreas de Ensino e Pesquisa, viabilizando uma relação transformadora entre as partes.

A Constituição de 1988, em seu artigo 207, estabelece a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, reafirmando, assim, a extensão como processo acadêmico que compõe o processo ensino-aprendizagem.

A Formação Continuada inserida na Extensão como um dos pilares da RFEPCT

Nessa perspectiva, a conjectura é que as ações de extensão adquiram maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa). A Lei nº 9394/1996, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), coaduna com esse preceito, em seu artigo 43, especificamente nos incisos VII e VIII, que preveem a extensão como uma das finalidades da universidade.

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria a Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (RFEPCT), em seu artigo 7º, apresenta seus objetivos e, especificamente em seus incisos II, IV e V, os que são referentes à extensão:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A Formação Continuada inserida na Extensão como um dos pilares da RFEPCT

Segundo Rodrigues (2015), o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, defende que na formação do profissional é imprescindível a sua interação com a sociedade para situá-lo historicamente, identificá-lo culturalmente e referenciar a sua formação técnica à realidade e isso, é possível por meio da extensão.

No entanto, há necessidade em termos de institucionalização da indissociabilidade para que a área de Extensão configure, de fato, a concepção da tríade educacional (pesquisa-ensino-extensão), uma vez que observa-se a falta de itinerários formativos interdisciplinares.

No CPII o Planejamento Estratégico do período de 2019-2023, é apresentado em seu Mapa de Objetivos no eixo Acadêmico e Pedagógico: “Promover a articulação entre o ensino e a pesquisa desenvolvidos no CPII e as demandas da sociedade, através de programas e projetos, eventos, cursos, e demais atividades de extensão, considerando o compromisso do Colégio enquanto instituição pública empenhada na ação reflexiva de questões sociais e na difusão do conhecimento para superação das desigualdades sociais”.

No Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI), publicado em 2017, do CPII, é apresentada a relevância da extensão:

[...] a extensão estimula a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a contextualização necessárias à solução dos problemas sociais. Portanto, promover atividades e ações de extensão significa contribuir para a construção de um projeto societário que pavimente um caminho de inclusão social e formação cidadão.

(CPII, 2017, p.103)

A Formação Continuada inserida na Extensão como um dos pilares da RFEPCT

Ainda no PPPI os seguintes objetivos são apresentados a seguir:

- estabelecer relações de aproximação e de integração com a comunidade local e firmar parcerias com a sociedade civil organizada;
- desenvolver programas, cursos, projetos, publicações e eventos, integrados com a comunidade interna e externa, de cunho educativo, científico, tecnológico e artístico-cultural, promovendo a integração entre a teoria e a prática na formação dos futuros profissionais e sua integração com a sociedade;
- estimular, por meio das atividades de extensão, a relação bidirecional entre o Colégio Pedro II e a sociedade, propiciando a participação desta na produção e difusão do conhecimento;
- contribuir para a inclusão entendendo nossas ações como parte do processo acadêmico vinculadas à formação de pessoas;
- propiciar a interação do ensino e pesquisa com as demandas sociais, seus interesses e necessidades, instituindo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- realizar ações voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social promovendo a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos;
- potencializar e ampliar a atuação da Extensão na Educação Básica, viabilizando a sua institucionalização; promover cursos e atividades de formação continuada de professores, visando a constante atualização e aperfeiçoamento da prática docente;
- promover cursos e atividades abertos a comunidade em geral, que visem o enriquecimento curricular, a atualização, a qualificação, o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas;
- estimular, por meio do oferecimento de bolsas, a participação de estudantes no processo de integração com a sociedade, através de atividades de extensão, que contribuam para sua formação e exercício da cidadania. (CPIL, 2017, p.104)

Políticas públicas antecessoras ao Pronatec

Entende-se como Estado o conjunto de instituições no campo político e administrativo que organiza o espaço de um povo ou nação e que, para existir, deve possuir o seu próprio território e ser a autoridade máxima na área correspondente. Sendo assim, o Estado tem como premissa manter a coesão social e garantir a propriedade privada e os direitos coletivos por meio de políticas públicas que busquem tratar a sociedade com isonomia, conforme o momento histórico.

Bonavides,(2000) faz uma separação conceitual entre Estado, que seria o laço jurídico ou político, e sociedade, a pluralidade de laços. Dessa afirmação, compreende-se, dentre outras possíveis interpretações, a propensão de interesses individuais que constituem a formação do Estado, as lutas de classes, os movimentos sociais, as batalhas fiscais e as disputas pelo poder político.

A sociedade civil, financiadora do Estado, delega a ele a administração de questões relativas à ordem para o convívio social. A autoridade governante de uma nação ou unidade política é o governo, que tem a finalidade de organizar a sociedade e é reconhecido como instância máxima de uma nação, composto por um conjunto de indivíduos que possuem a tomada de decisões políticas e administrativas.

O termo políticas públicas pode ser expresso a partir da caracterização dada por Rodrigues (2010), ao afirmar que é o processo em que diversos grupos, cujos interesses divergem, tomam decisões coletivas que direcionam a sociedade.

Quando o governo é democrático, os indivíduos participam do ciclo das políticas públicas, sua agenda, sua elaboração e avaliação. De forma geral, as políticas públicas podem ser entendidas como a forma com que o Estado atua para amenizar as desigualdades, e são organizadas a partir dos diversos interesses da sociedade.

Políticas públicas antecessoras ao Pronatec

De forma geral, as políticas públicas podem ser entendidas como a forma com que o Estado atua para amenizar as desigualdades, e são organizadas a partir dos diversos interesses da sociedade. Durante o ciclo das políticas públicas, atores públicos têm como função decidir sobre o encaminhamento das políticas, enquanto os atores privados devem direcionar a formatação das políticas públicas e exercer influência sobre os agentes públicos. Considerando a faixa temporal, a sociedade surge primeiro, e o Estado depois.

No Brasil, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios são caracterizados como entidades autônomas, de forma que a União seja a soma de estados e municípios inseridos nesse arcabouço federativo, garantindo a estabilidade institucional, que é promovida por meio da Constituição de 1988.

O funcionamento da máquina pública de forma eficaz e eficiente resulta na capacidade que os governos têm de elaborar e implementar políticas públicas, cujo maior desafio é a mediação do conflito de interesses entre os diversos atores que compõem o ciclo das políticas públicas.

O governo apresenta-se como instância máxima de administração executiva e sua função é direcionar as políticas públicas e organizar a sociedade politicamente. Suas ações ocorrem de acordo com o poder político, por meio de acordos com interesses políticos e estratégias partidárias e ideológicas dos diversos segmentos da sociedade.

No Brasil, a análise de políticas públicas intensificou-se a partir de 1980, devido à dinâmica política e às transformações que o país enfrentava, com reformas econômicas e políticas nas áreas de saúde, educação, previdência e saneamento, dentre outras. Nesse contexto, deve-se levar em conta o desenho institucional, examinando-se o presidencialismo de coalizão – aliança política firmada entre o chefe do poder Executivo com partidos políticos eleitos, para cumprimento de mandato no poder Legislativo – e as negociações entre os poderes Executivo e Legislativo para a produção legal.

Políticas públicas antecessoras ao Pronatec

Rodrigues (2010) salienta que a engenharia das políticas públicas requer duas avaliações: uma análise sobre como as decisões são tomadas; e outra sobre o poder que o governo precisa para prevenir uma situação. Dessa forma, as políticas públicas devem ser explicadas baseando-se em diversos enfoques, dada a multidisciplinaridade que envolve tal estudo.

O ato de elaboração das políticas públicas compreende o esquema de uma política por meio da identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação.

Mesmo diante da escassez de recursos públicos e da nova proposta inserida pela reforma gerencial, que se intensificou a partir de 1990 no Brasil, o ciclo das políticas públicas assumiu posição central no país para a condução de projetos e programas governamentais.

Considerando os limites governamentais impostos à participação popular, Cunha (2006) salienta a existência da modalidade de avaliação participativa, que pode ser utilizada principalmente para pequenos projetos e prevê a participação dos beneficiários nas ações de planejamento, na programação, execução e avaliação deles.

Considerando programas voltados à qualificação profissional, remete-se ao Plano de Qualificação Profissional (PLANFOR), que foi um plano elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, em 1995, com período de vigência entre 1996 e 2002, sendo financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O PLANFOR foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em 2003. O PLANFOR tem o objetivo de construir, gradativamente, oferta de educação profissional (EP) permanente, com foco na demanda social e do mercado de trabalho, de modo a qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente nessa área, pelo menos 20% da PEA - População Economicamente Ativa, maior de 16 anos de idade, com vistas a contribuir para: aumento da probabilidade de obtenção de

Políticas públicas antecessoras ao Pronatec

trabalho e de geração ou elevação de renda, tendo por objetivo reduzir os níveis de desemprego e subemprego; redução da pobreza; aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade; e elevação da produtividade, da competitividade e renda. Foi a partir dos anos 2000 que as temáticas de juventude e desemprego se aproximaram e a juventude passou a ser reconhecida enquanto uma categoria fortemente atingida pelas diversas mudanças ocorridas acerca da questão do trabalho (Corrochano, 2008). Daí surgiram diversos programas que representavam um diálogo entre juventude, escola e trabalho, de modo a promover a redução de desigualdades sociais, a baixa escolarização e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, que refletem uma marca de exclusão social a ser enfrentada.

O Programa Aprendiz Legal, amparado pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que proibiu qualquer trabalho para menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz aos 14 anos, desenvolveu-se a partir de 2005, com o objetivo de viabilizar competências e habilidades para os jovens aprendizes.

Nesse diapasão, com o intuito de elevação da escolaridade e de inserção do jovem no mercado de trabalho, foi lançado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), criado pela Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que procurava promover a criação de postos de trabalho e a qualificação de jovens. Posteriormente, foram criados, por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 (Brasil, 2005), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que tinha como atribuição a articulação de programas e projetos destinados a jovens entre 15 e 29 anos.

Nessa esteira de acontecimentos destacamos o surgimento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, instituído pelo Decreto 5840/2006, que revogou o Decreto 5.478/2005.

Políticas públicas antecessoras ao Pronatec

O programa tem como objetivo a articulação com o ensino fundamental ou médio para promover a elevação do nível de escolaridade e, ao mesmo tempo, a qualificação profissional.

Essa abrangência é apresentada no parágrafo 1º, do artigo 1º, que diz: “O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; e II - educação profissional técnica de nível médio.” (Brasil, 2006, p.1).

Logo em seguida, criou-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), por meio da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, a qual revogou o PNPE sem que os seus resultados iniciais fossem amplamente discutidos (Corrochano,2008).

O PROJOVEM era dividido em quatro modalidades: PROJOVEM Adolescente; PROJOVEM Campo – Saberes da Terra; PROJOVEM Trabalhador; e PROJOVEM Urbano, com o objetivo de integrar o jovem no processo educacional e investir em seu desenvolvimento humano. Buscava alcançar jovens em situação de desemprego, entre 15 e 29 anos, cuja renda mensal per capita fosse de até 1 salário mínimo. Para participar, o jovem deveria estar cursando ou ter concluído o ensino fundamental ou o ensino médio (Brasil, 2008).

Nesse contexto, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que definiu e classificou as relações do jovem estagiário, as obrigações das instituições que poderiam oferecer espaço para estágio, os direitos do estagiário e a fiscalização, tornou-se uma importante ação da agenda de políticas públicas voltadas às juventudes nos últimos anos no país (BRASIL, 2008).

Corbucci (2009) já previa a atual ampliação da oferta de cursos técnicos e de formação inicial continuada(FIC) de trabalhadores no país, pois no ano de 2006 as matrículas nesses cursos chegaram a 59 mil, apoiadas pela adesão de escolas técnicas e algumas entidades do Sistema S, que atualmente abrange os seguintes órgãos:

Políticas públicas antecessoras ao Pronatec

Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Social do Comércio (SESC), contando ainda com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Social de Transporte (SEST).

Um relevante programa voltado ao desenvolvimento profissional e que faz parte dessa conjuntura é o Programa Nacional Mulheres Mil, cujo pilar se constitui em potencializar os saberes das mulheres e sua história, seu aprendizado e vivência. O programa surgiu em 2011, Portaria nº 1.015, DE 21 de julho de 2011, com metodologia específica de acesso, permanência e êxito, privilegiando temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, e promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania, em cooperação com o Canadá, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), inicialmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Em 2013, passou a contar com o custeio de vagas gratuitas por meio da Bolsa Formação do Pronatec. Em 2023 o programa foi relançado por meio da Portaria 725/2023, prevendo o oferecimento de 16,3 mil vagas até o final do ano de 2025.

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar programas importantes como o Programa Nacional Mulheres Mil, integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM).

O Pronatec no Colégio Pedro II

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado como parte da política pública para a educação profissional e tecnológica, proposta elaborada pelo governo federal em 2004, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Tem finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

A formulação do Programa foi ao encontro do discurso hegemônico do Estado Brasileiro e do setor industrial, que defendiam a EPT como caminho para o desenvolvimento social e econômico do país.

O Pronatec empurrou ainda mais os investimentos nessa área da educação, com o objetivo de assegurar condições pedagógicas e técnicas para a ampliação da oferta de qualificação profissional. No seu lançamento, o governo federal apresentou dados que permitiram estimar a grande expansão pretendida para atender oito milhões de brasileiros, no período inicial, de 2011 a 2014, através da oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC), também conhecidos como de qualificação profissional, além de bolsas e financiamento estudantil.

O CPII implementou o Pronatec a partir de sua equiparação aos Institutos Federais, em 2012, porém, após pesquisas no sítio institucional e em publicações internas, observa-se uma inexpressiva divulgação de informações sobre o programa.

Criado para combater os empecilhos ao crescimento econômico do país: o déficit de mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado de trabalho e as altas taxas de evasão do ensino médio (Godoi, 2014).

O Pronatec no Colégio Pedro II

De acordo com o parágrafo único do art. 1º dessa lei, são objetivos do Pronatec:

- I- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial continuada ou qualificação profissional;
- II- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica;
- III- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a Educação Profissional;
- IV- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. (Brasil, 2011).

O Pronatec envolve um conjunto de iniciativas educacionais voltadas para a melhoria da educação com vistas à inserção no mundo do trabalho, tais como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFECPT), presente em todos os estados brasileiros, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação; o programa Brasil Profissionalizado, destinado à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o governo federal; e a rede e-TecBrasil, voltada à oferta gratuita de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância. Os cursos a distância podem ser oferecidos pelas instituições da RFECPT, pelas unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e por instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino, por meio do acordo de gratuidade.

O Pronatec no Colégio Pedro II

O acordo de gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores. Já o FIES Técnico e Empresa tem como objetivo financiar cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR, inclusive no local de trabalho.

Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no ensino médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para grupos sociais de diferentes perfis. A Bolsa-Formação tem duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, que oferece cursos de formação inicial e continuada (cursos de curta duração, com 160 horas-aula ou mais), preferencialmente para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do governo federal; e a Bolsa-Formação Estudante, que oferece cursos de educação profissional técnica de nível médio concomitantes ou subsequentes, apenas para estudantes matriculados no ensino médio da rede pública (com maior duração, de pelo menos 800 horas-aula).



O Pronatec no Colégio Pedro II

De acordo com o estabelecido na Portaria 168/2013 – MEC, a Bolsa-Formação visa potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica para:

- Ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
- Integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
- Democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos.

No CPII, ofertou-se a modalidade Bolsa-Formação Trabalhador (BFT), que tem como objetivo oferecer desenvolvimento profissional para trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para realização de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional. Esses cursos são definidos pelo Ministério da Educação e possuem carga horária mínima de 160 horas, em conformidade com o Guia Pronatec de Cursos FIC.

Figura 2 – Capas dos Guias Pronatec de cursos FIC – 1ª a 4ª edição



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36436-guia-pronatec-de-cursos-fic>

O Pronatec no Colégio Pedro II

A Bolsa-Formação Trabalhador oferece cursos de formação inicial e continuada, com 160 horas-aula ou mais, para beneficiários do seguro-desemprego e dos programas de inclusão produtiva do governo federal. Para se candidatar a um desses cursos deve-se preencher pelo menos um dos seguintes requisitos:

- Ser trabalhador, agricultor familiar, silvicultor, aquicultor, extrativista ou pescador;
- Ser originário de povos indígenas;
- Ser originário de comunidades quilombolas;
- ser adolescente ou jovem em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Estar desempregado;
- Ser pessoa com deficiência;
- Receber benefícios dos programas federais de transferência de renda ou que estejam cadastradas no CadÚnico;
- Ser praça do Exército ou da Aeronáutica com baixa do serviço militar ou ser atirador de Tiro de Guerra;
- Ser estudante matriculado no ensino médio das escolas públicas, inclusive na educação de jovens e adultos.

A importância dos cursos e programas de Formação Inicial e Continuada, está inserida não somente na Lei que cria o Pronatec, mas também em outras normativas legais que tratam de políticas públicas no cenário brasileiro.

O parecer CNE/CEB nº 11/2012 destaca a importância que os Cursos FIC tem na EPT:

O Pronatec no Colégio Pedro II

A formação inicial e continuada ou qualificação profissional representa o mais amplo universo para atendimento de necessidades da maioria da população trabalhadora em matéria de Educação Profissional. É a mais flexível, tanto em relação aos objetivos, currículos e programas, quanto à clientela a ser atendida e à oferta programática. Ela responde a variadas demandas dos trabalhadores, da sociedade e da economia, especialmente no que se refere à necessidade de adequada oportunidade de qualificação profissional de cada cidadão para o desempenho de suas atividades profissionais, com autonomia e responsabilidade, no atendimento ao requerido pelo mundo do trabalho e pelo desenvolvimento da sociedade. (MEC/CNE, 2012, p. 44).

De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o capítulo II, da LDB 9394/96 :

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. (Brasil, 2004).

O funcionamento do BFT, se dá por meio da transferência de recursos financeiros, por meio da União, às instituições ou órgãos que oferecem os cursos do Guia Pronatec de Cursos FIC para o custeio das despesas com pessoal e material, além da assistência estudantil para alunos (as), referente ao transporte e alimentação, ou por verba, para pagamento das despesas.

O Pronatec no Colégio Pedro II

As instituições demandantes são aquelas que vão buscar e indicar os potenciais alunos para os cursos do Pronatec, sendo elas as prefeituras por meio das Secretarias de Assistência Social ou equivalente, as Secretarias da Educação Municipal ou Estadual que tenham alunos matriculados no ensino médio, Ministério da Defesa, Ministério do Turismo, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio do Serviço Nacional de Emprego (SINE), Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações, Secretaria dos Direitos Humanos, além do Programa Nacional Mulheres Mil e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), incorporados à Bolsa-Formação em 2014.

As instituições ofertantes são responsáveis pela oferta dos cursos, pela assistência aos estudantes e pela certificação de beneficiários da Bolsa-Formação. São as instituições da RFEPECT, os Serviços Nacionais de Aprendizagem, e as Redes Públicas Estaduais de EPT. São de responsabilidade dos ofertantes o envio a SETEC/MEC o envio de Termo de Cooperação, a aplicação dos recursos financeiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC, instruir no caso da RFEPECT, os campi e unidades vinculadas e departamentos do estado quanto as normas e procedimentos. . Também é responsabilidade pactuar, nos prazos estabelecidos pela SETEC/MEC, a quantidade de vagas presenciais que serão ofertadas em cada instituição nos diferentes cursos de EPT, divulgar amplamente os cursos nas diferentes localidades e em conjunto com os parceiros demandantes, oferecer as vagas pactuadas por conta própria, sendo vedada a subcontratação ou terceirização de qualquer oferta Pronatec, oferecer as vagas pactuadas em turmas realizadas em espaços próprios ou anteriormente cadastrados no SISTEC como Unidades Remotas.

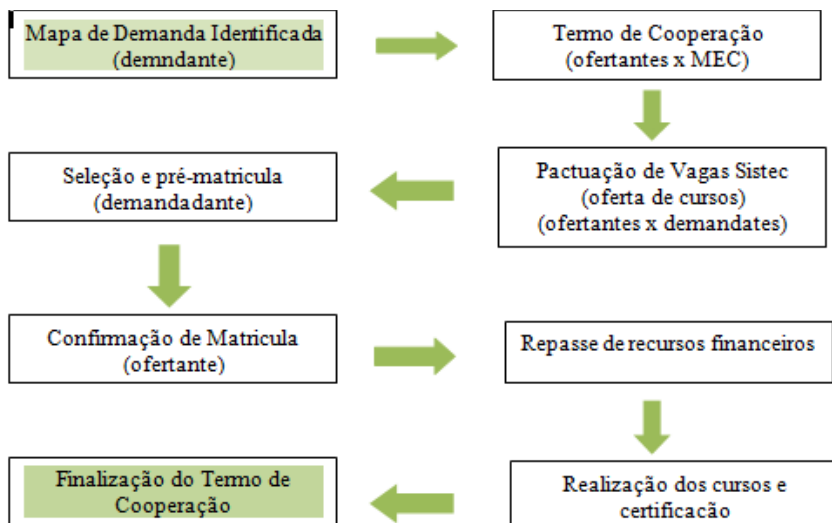
O Pronatec no Colégio Pedro II

É também de responsabilidade registrar no SISTEC todas as vagas presenciais ofertadas no âmbito da Bolsa-Formação, garantindo antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias em relação à data de início das aulas para ofertas realizadas, registrar no SISTEC as matrículas dos beneficiários que compareçam às Unidades Ofertantes para confirmar sua participação na Bolsa-Formação; fornecer gratuitamente aos beneficiários, todo insumo necessário para a participação nos cursos ofertados, incluindo materiais didáticos, garantir aos beneficiados a devida assistência estudantil, na forma de auxílio financeiro ou de oferta direta de transporte de ida e retorno à unidade de ensino, considerando necessidades específicas de pessoas com deficiências, e de refeição de qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); garantir que cada um dos beneficiados pela Bolsa-Formação assine Termo de Compromisso acadêmico, oferecer par os coordenadores, docentes e pessoal de apoio contratado remuneração compatível com suas atribuições, cumprindo integralmente com todas suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, realizar o permanente controle da frequência dos beneficiados pela BFT em cada um dos cursos, realizar o acompanhamento pedagógico dos beneficiados, garantir a certificação a todos os beneficiados que tiverem obtido frequência e aproveitamento satisfatório nos cursos e informar ao Ministério da Educação sobre quaisquer anormalidades que possam vir a ocorrer.

Os agentes de atuação que participam do Pronatec são: Coordenador-Geral; Coordenador Adjunto, Supervisor do Curso, Orientador, Professor/Instrutor e Profissional de apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Figura 3 -Etapas de execução do Bolsa Formação



Fonte: A autora, 2024.

Até a aprovação da Lei nº 12.667, de 25 de junho de 2012 (Brasil, 2012), o CPII estava vinculado à Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, por ser especializada na oferta desse nível de ensino na modalidade regular, ainda que já estivesse diversificando sua atuação, como consta no relatório anual de prestação de contas de 2011:

Embora não integre oficialmente a Rede Federal instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Colégio Pedro II pertence ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e vem aderindo a vários programas propostos pelo MEC para a referida rede (CPII, 2012, p. 47).

O Pronatec no Colégio Pedro II

A aprendizagem é uma atitude traduzida na curiosidade permanente que incita o diálogo com a realidade, sempre nova e renovada a cada instante do cotidiano. E pode-se dizer que esse olhar se tornou o ponto de partida para a apropriação e organização do Pronatec no CPII. Manter-se aberto às inovações é condição para a aprendizagem constante.

“sem a curiosidade que me move, que me instiga, que me insere na busca não aprendo nem ensino” (Freire, 1998, p. 67).

Nesse interim, criar o sentido das relações entre informações que se apresentam à mente, oriundas das mais diversas fontes, é uma atitude do aprender a aprender. Para isso, o domínio das diferentes linguagens, sobretudo as linguagens advindas do cotidiano, seja a escrita ou a oral, torna-se fundamental para a implementação de uma política pública.

De acordo com os registros analisados, todos os cursos foram embasados pelo Guia Pronatec FIC, considerando pelo menos a carga horária mínima, organizados em uma estrutura modular em que cada disciplina representou um módulo.

Todas as turmas foram ofertadas na modalidade de demanda compartilhada.

A escolha da Coordenador-Geral para condução do programa foi definida pelo Reitor, de acordo com normativa legal do Pronatec, assim como a escolha dos coordenadores adjuntos. Para composição das equipes foram realizados Processos Seletivos Internos e Externos, considerando a contratação de supervisor de curso, orientador e apoios administrativos e operacionais e professores.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Em todas as disciplinas os alunos foram estimulados à reflexão e ao desenvolvimento de competências profissionais, por meio de discussão de casos, exercícios individuais e coletivos, debates, jogos e vivências, simulações, proposição de problemas, discussão de vídeos, dinâmicas de grupo, entre outras atividades que requeriam sua participação ativa, estimulando a crítica, a criatividade e a tomada de decisões. Dentro de todas as atividades já citadas, os(as) ex-alunos(as) foram avaliados(as) quanto à participação, frequência e assiduidade.

De acordo com os relatórios técnicos, até período de 2014/1 os(as) ex-alunos(as) receberam para locomoção o Rio Card e os lanches eram entregues nos campi ou unidades remotas. Após esse período receberam a bolsa auxílio para participação nos cursos, em contas bancárias, informadas pelos mesmos, ou por meio de ordem bancária. Todos os cursos foram executados na modalidade 100% presencial. Eram realizadas aulas inaugurais onde os ex-alunos (as) recebiam camisas com logotipo do Pronatec e bolsas personalizadas contendo as apostilas elaboradas pela equipe do Colégio Pedro II, caderno, lápis e canetas.

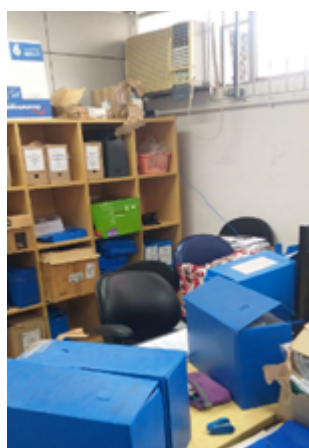
Com o objetivo de monitorar a implementação das atividades ao final de cada módulo, foram entregues formulários de avaliação para o preenchimento pelos(as) ex-alunos(as), assim como o de avaliação geral do curso. Os resultados desses documentos também serviram como norteadores para o planejamento das ações voltadas ao oferecimento dos próximos cursos.

A área de abrangência geográfica do Pronatec, abarcou a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nos municípios de Duque de Caxias e Rio de Janeiro, onde se encontram os *campi* do CP II. No que diz respeito à oferta de cursos em locais fora dos campi do CP II, utilizou-se de parceiras com prefeituras, criando-se para esse fim as Unidades Remotas(UR) no interior do Estado onde estão os municípios de Saquarema, que se encontra na Baixada Litorânea, e Paty do Alferes, na Região Geográfica Imediata de Valença.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Diante disso, pretende-se trazer à tona de que maneira o Colégio Pedro II implementou o Pronatec, de 2012/1 a 2018/2, efetivando 1.595 matrículas, por meio de 64 turmas, totalizando 12.708 horas de formação inicial continuada, considerando sua missão, visão e a normatização legal do Pronatec.

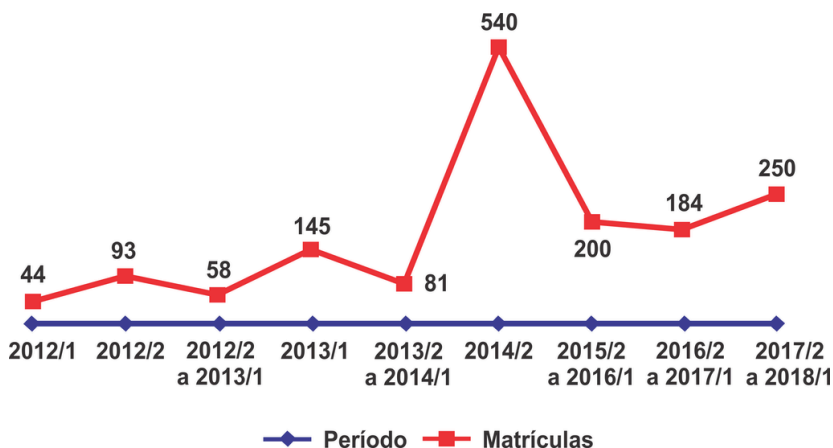
Figura 4 - Acervo Documental e Iconográfico do CPII - Prédio da Reitoria



Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Gráfico 01: Quantidade de matrículas do Pronatec no período de 2012/1 a 2018/2



Fonte: A autora, 2024.

Para a apresentação dos dados referentes ao quantitativo de ofertas e modalidades de cursos ofertadas, utilizaremos como base os Termos de Cooperação (TC) celebrados entre o CPII e o FNDE, que no caso das Instituições da RFEPC, configuravam o documento balizador para execução do programa.

No caso das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a adesão é feita por meio de **Termo de Cooperação**, registrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC), gerando um Termo de Execução Descentralizada (TED). (Manual Bolsa Formação, 2015, p.11)

O Pronatec no Colégio Pedro II

Ainda no ano de 2011, a Diretoria de Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, por meio da coordenação-geral designada em 11 de novembro de 2011, iniciou o planejamento do Pronatec para executar o programa a partir do ano de 2012. O Termo de Cooperação (TC) nº 13.963, de 29 de novembro de 2011, foi formalizado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o oferecimento do curso de recepcionista.

A primeira oferta do Pronatec foi oriunda de convênio de mútua colaboração mantido entre a autarquia Colégio Pedro II, a prefeitura municipal de Duque de Caxias e a Fundação de Apoio à Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais (FUNDEC).

O primeiro curso realizado foi o de recepcionista, com carga horária de 160 horas, sendo desenvolvido na Unidade Escolar Descentralizada (UNED) de Duque de Caxias, do Colégio Pedro II, situado, na época, na avenida Presidente nº 1.633, no centro de Duque de Caxias, ancorado no firme propósito de promover a inserção social de jovens e adultos através da aquisição de uma maior qualificação profissional. A seleção dos profissionais foi oriunda de processo seletivo simplificado, por meio do Edital nº 01, de 24 de novembro de 2011, da diretoria de extensão e cultura do CPIL. A equipe foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 1 supervisor de curso, 1 orientador, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 4 professores. Tendo como parceiros demandantes a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc) e a prefeitura de Duque de Caxias, responsáveis pelas pré-matrículas e pelo encaminhamento ao CPIL, foram ofertadas 80 vagas, e compareceram para confirmação da matrícula na UNED 44 pessoas. As matrículas foram efetivadas em janeiro e fevereiro de 2012. O curso ocorreu no período de 2012/1, ou seja, no primeiro semestre de 2012, em 2 turmas, no turno da noite, às segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h15 às 20h30, e aos sábados, de 8h às 12h15.

O Pronatec no Colégio Pedro II

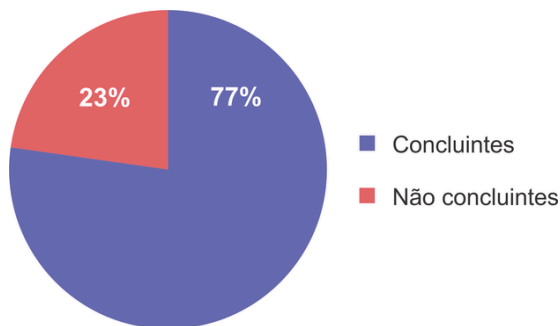
De acordo com exposto o período de 2012/1, no *campus* Duque de Caxias, apresenta-se com os seguintes dados:

Tabela 1: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	DUQUE DE CAXIAS	RECEPCIONISTA TURMA A	01/02/2012 a 27/04/2012	20	14	0	6	0
2	DUQUE DE CAXIAS	RECEPCIONISTA TURMA B	03/02/2012 a 02/05/2012	24	19	1	4	0
TOTAL POR GÊNERO					33	1	10	0
TOTAL				44	34		10	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 02: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2012/1



Fonte: A autora, 2024

No primeiro semestre de 2012, o CPII formalizou o Termo de Cooperação (TC) nº 14.490, de 29/03/2012, com o FNDE, ainda com o processo de equiparação aos IFs em andamento. Para a execução do planejamento previsto no TC supracitado, foram realizados processos de seleção de profissionais para atuação a partir do segundo semestre de 2012.

O Pronatec no Colégio Pedro II

A Diretoria de Extensão e Cultura (DEC), do CPIL, publicou os Editais nº 01 e nº 02, de 23 de julho de 2012, com vistas a selecionar supervisores conteudistas para a produção de material didático, de acordo com a oferta de cursos, considerando o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e o planejamento da DEC. Logo a seguir, lançou o Edital de Extensão – DEC - nº 03, de 15 de agosto de 2012.

A partir da equiparação do CPIL aos Institutos Federais de Ensino, em junho de 2012, foi necessária a adequação de sua estrutura organizacional. As unidades escolares passaram a condição de *campi*. As diretorias passaram a se chamar pró-reitorias, ampliaram-se os quantitativos de cargos comissionados e criaram-se diversos setores.

Diante do exposto, e almejando a ampliação das equipes para a oferta de novos cursos, publicou-se o Edital Institucional da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) - nº 04, de 22 de outubro de 2012, para seleção interna e concessão de bolsas para quem atuaria como apoio acadêmico e administrativo, orientador, supervisor de curso e professor; e o Edital de Extensão nº 5, de 26 de novembro do mesmo ano, para seleção de professores para os cursos de programação web e montagem e manutenção de computadores. A equipe técnica de profissionais foi formada por 1 coordenadora-geral, 1 coordenador adjunto, 1 supervisor de curso, 1 orientador, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 8 professores.

No início do segundo semestre de 2012 foram realizados os cursos de auxiliar administrativo de secretaria escolar e inspetor escolar, com carga horária de 180 horas; e de recepcionista, com 160 horas, totalizando três turmas. Os cursos iniciaram as aulas na Unidade Escolar Descentralizada de Duque de Caxias, do Colégio Pedro II, situado, na época, na avenida Presidente nº 1.633, no centro de Duque de Caxias, e foram concluídos no local onde hoje funciona o campus Duque de Caxias. O público alvo foi oriundo do parceiro demandante Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ou seja, cidadãos que, em um período de 10 anos, receberam três benefícios do seguro-desemprego e que, pelo Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012, recebiam orientação para realizar um dos cursos do programa.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Foram ofertadas 110 vagas, sendo que 93 pessoas encaminhadas pelo MTE confirmaram as matrículas. As matrículas foram efetivadas em agosto e setembro do mesmo ano, e os cursos ocorreram no segundo semestre de 2012, ou seja, no período 2012/2, no turno da noite, às segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h15 às 22h.

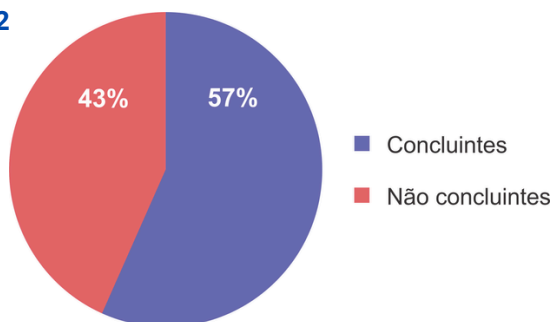
Nesse contexto o período de 2012/2, o *campus* Duque de Caxias apresenta-se com os seguintes dados:

Tabela 2: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTE		NÃO CONCLUINTE		
					F	M	F	M	
1	DUQUE DE CAXIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR	03/09/2012 a 18/12/2012	33	7	10	13	3	
2		INSPECTOR ESCOLAR	10/09/2012 a 20/12/2012	32	5	14	2	11	
3		RECEPCIONISTA	17/09/2012 a 20/12/2012	28	10	7	7	4	
TOTAL POR GÊNERO						22	31	22	18
TOTAL				93	53		40		

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 03: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2012/2



Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Ainda em 2012, foi utilizado o laboratório de informática do *campus* Realengo II para implementação de novos cursos, mantendo a parceria com o MTE. Os cursos, que se iniciaram ao final do ano de 2012, tendo sua conclusão no primeiro semestre de 2013, foram o de auxiliar em web designer e montagem e manutenção de computadores, ambos com 160 horas, e o curso de programador web, com 200 horas, totalizando 3 turmas. Foram ofertadas 80 vagas, sendo 58 matrículas confirmadas no campus.

As matrículas foram efetivadas de outubro a dezembro, e os cursos foram oferecidos nos horários da manhã, de 7h30 às 11h30, e da tarde, de 13h30 às 17h30. Para a execução de seus objetivos, a equipe técnica foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 1 supervisor de curso, 1 orientador, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 5 professores.

Os dados do período de 2012/2 a 2013/1, no *campus* Realengo II, são apresentados a seguir:

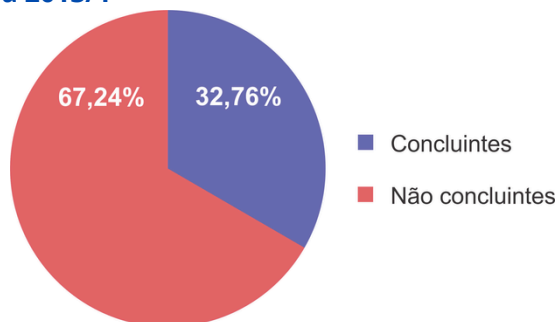
Tabela 3: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2012/2 a 2013/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUENTES		NÃO CONCLUENTES	
					F	M	F	M
1	REALENGO II	AUXILIAR EM WEB DESIGNER	10/12/2012 a 10/04/2013	19	6	1	4	8
2		MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	03/12/2012 a 26/03/2013	18	4	5	2	7
3		PROGRAMADOR WEB	10/12/2012 a 10/04/2013	21	0	3	4	14
TOTAL POR GÊNERO					10	9	10	29
TOTAL				58	19		39	

Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Gráfico 04: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2012//2 a 2013/1



Fonte: A autora, 2024.

Ainda por meio do TC nº 14.490 foi possível abrir novas turmas em 2013, nos *campi* Centro e Engenho Novo II. Optou-se pelos cursos de auxiliar administrativo de secretaria escolar e inspetor escolar, ambos com carga horária de 180 horas; e de recepcionista, com carga horária de 160 horas, em ambos os campi, totalizando 6 turmas. Os cursos tiveram uma reestruturação em sua grade curricular e carga horária se comparados aos oferecidos no período de 2012/2, devido à necessidade de adequação dos conteúdos programáticos e considerando a atualização do novo Guia Fic (2ª versão), publicado por meio da Portaria MEC nº 1.232, de 05 de outubro de 2012. O público alvo foi oriundo do parceiro demandante Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Foram ofertadas 180 vagas, com 145 matrículas confirmadas nos campi.

As matrículas aconteceram nos meses de novembro, dezembro e janeiro, e os cursos aconteceram no primeiro semestre de 2013, ou seja, em 2013/1, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, de 18h15 às 22h15. A equipe técnica foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 2 supervisores de curso, 2 orientadores, 5 apoios acadêmicos e administrativos e 12 professores. Nesse contexto o período de 2013/1, é apresentado com os seguintes dados:

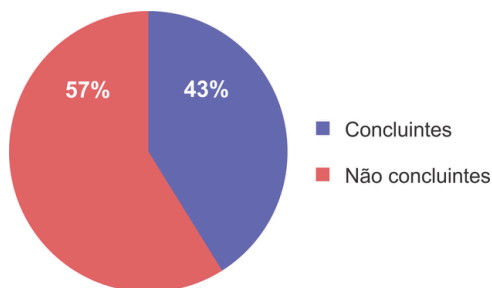
O Pronatec no Colégio Pedro II

Tabela 4: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2013/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTE		NÃO CONCLUINTE		
					GÊNERO				
					F	M	F	M	
1	CENTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR	21/01/2013 a 07/05/2013	20	1	5	6	8	
2		INSPEÇÃO ESCOLAR	21/01/2013 a 09/05/2013	24	3	5	1	15	
3		RECEPCIONISTA	21/01/2013 a 15/04/2013	26	6	2	17	1	
4	ENGENHO NOVO II	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SECRETARIA ESCOLAR	21/01/2013 a 06/05/2013	22	6	3	5	8	
5		INSPEÇÃO ESCOLAR	21/01/2013 a 25/04/2013	22	5	6	0	11	
6		RECEPCIONISTA	21/01/2013 a 11/04/2013	31	15	6	5	5	
TOTAL POR GÊNERO						36	27	34	48
TOTAL				145	63		82		

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 05: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2013/1



Fonte: A autora, 2024.

Dando continuidade ao programa, o CPlI formalizou o Termo de Cooperação (TC) nº 17.273, de 21 de março de 2013, com o FNDE. Com o objetivo de ampliar o cadastro de profissionais para a execução do programa, foram publicados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) os Editais nº 02, 03, 04, 05 e 06 de 2013, durante o período de maio a agosto de 2013, com vistas à contratação de professores e cadastro de reserva.

O Pronatec no Colégio Pedro II

No segundo semestre de 2013, período de execução referente a 2013/2 e 2014/1, o CPII realizou, nos campi Centro e Engenho Novo II, o curso de auxiliar de secretaria escolar; e somente no campus Engenho Novo II o de auxiliar administrativo. Todos os cursos tiveram carga horária de 180 horas, totalizando 3 turmas. Foram ofertadas 90 vagas, em parceria com o MTE, com 81 matrículas confirmadas nos *campi*. As matrículas foram realizadas de setembro a novembro de 2013. Os cursos aconteceram no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, de 18h15 às 22h. A equipe técnica foi formada por 1 coordenadora-geral, 2 coordenadores adjuntos, 2 supervisores, 2 orientadores, 3 apoios acadêmicos e administrativos e 9 professores.

De acordo com o acervo documental no período de 2013/2 a 2014/1 são apresentados os seguintes dados:

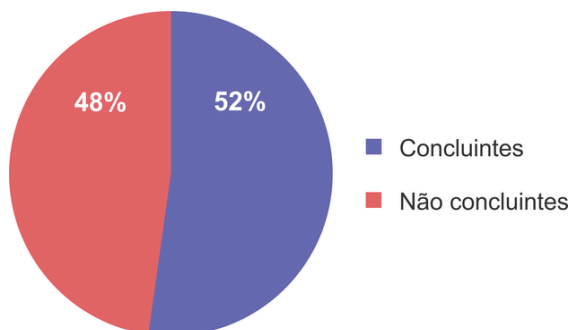
Tabela 5: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2013/2 a 2014/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTE		NÃO CONCLUINTE	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	CENTRO	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	18/11/2013 a 05/02/2014	26	8	1	15	2
2		AUXILIAR ADMINISTRATIVO	18/11/2013 a 06/02/2014	26	7	9	7	3
3	ENGENHO NOVO II	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	18/11/2013 a 11/02/2014	29	15	2	8	4
TOTAL POR GÊNERO					30	12	30	9
TOTAL				81	42		39	

Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Gráfico 06: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2013/2 a 2014/1



Fonte: A autora, 2024.

A lei de criação do Pronatec, prevê, em seu artigo 1º dentre seus objetivos:

expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

O CPII, por intermédio da Coordenação-Geral do Pronatec, nomeada em 24/10/2013, reuniu esforços para proceder ao levantamento de demandas urgentes da sociedade através de novos parceiros demandantes. Nesse contexto, realizou-se um estudo sobre as regiões e visitas técnicas, para parcerias com municípios na Região dos Lagos e na Região Serrana, considerando o espaço físico e infra estrutura necessária à execução dos cursos.

Os municípios de Saquarema e Paty do Alferes formalizaram, respectivamente a parceria com o CPII, em novembro e dezembro de 2013, por meio de documento oficial. O documento de formalização previa a execução de cursos para o ano de 2014.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Figura 5 – Fachada Unidade Remota Paty do Alferes



Paty do Alferes, foi destinada como sede a Escola Estadual Municipalizada Laudelina Bernardes, localizada no Largo da Matriz 72, Centro, que permanece em funcionamento até os dias atuais.

Fonte: Acervo iconográfico Pronatec/CPI, 2024

Figura 6 – Fachada Unidade Remota Saquarema

No município de Saquarema o local de realização dos cursos foi o Núcleo de Capacitação Profissional situado na Rua Capitão Nunes 962 – Barreira - Saquarema /RJ, onde atualmente funciona a Casa Creche Sebastiana de Oliveira Bravo.



Fonte: Acervo iconográfico Pronatec/CPI, 2024

O Pronatec no Colégio Pedro II

No ano início do ano de 2014, dentre as atividades realizadas, destaca-se a formatura para mil alunos do Pronatec do estado do Rio de Janeiro, em 15/04/2014, no município de São Gonçalo com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.

Na ocasião, cerca de 30 alunos do Colégio Pedro II, que concluíram os cursos FIC, participaram do evento. Em matéria publicada no site institucional, em 16/04/2014, durante a cerimônia a Presidenta ressaltou a importância das instituições parceiras que faziam do Pronatec um programa de formação técnica e capacitação profissional bem-sucedido, e destacou a importância do CPII por ser uma das mais importantes instituições de ensino do país, por ser uma das primeiras e também por sua qualidade.

Figura 7 – Formatura Pronatec no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: CPII, 2014

Figura 8 – Entrega de certificado para aluna do CPII



Fonte: CPII, 2014

O Pronatec no Colégio Pedro II

O CPII formalizou o Termo de Cooperação (TC) nº 1186 de 27/12/2013, junto ao FNDE. A recomposição da estrutura organizacional do CPII permaneceu em andamento mediante sua equiparação aos IFs e a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREC), passou a ser chamada de Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa Extensão e Cultura (Propppec), nome que permanece até os dias de hoje, conforme Portaria/CPII 565/2024. Foram realizados dois Editais para formação de equipes administrativas e pedagógicas, tanto para os campi e/ou UR, assim como para compor equipes de suporte à Coordenação-Geral do Pronatec. Com o objetivo de contemplar a comunidade interna, primeiramente foi lançado o Edital Institucional de Extensão 01, em março de 2014, e para complementação das vagas e cadastro reserva lançamos em 15 de maio o Edital 15/2014 – Processo de Seleção Pública Simplificada para concessão de bolsa para apoio acadêmico e administrativo, orientador, supervisor de curso e professor em seus campi e unidades remotas. Devido a grande procura e a boa taxa de adesão e conclusão dos cursos realizados nos períodos anteriores, foram ofertadas 610 vagas pelo MTE, MDS, e/ou inscrições *on line* sendo 540 confirmadas nos *campi* e UR, totalizando 22 (vinte e duas) turmas. As matrículas ocorreram no período de maio a julho. A equipe técnica que foi formada por 1 Coordenadora-Geral, 4 coordenadores adjuntos, 5 Supervisores de curso, 5 Orientadores, 7 apoios acadêmicos e administrativos e 71 professores.

Os cursos aconteceram no turno da noite, nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e na Unidade Remota de Paty do Alferes às segundas, terças, quartas e quintas-feiras de 18h às 22h. Na Unidade Remota de Saquarema, os cursos foram realizados nos turnos da manhã, tarde e noite. Optou-se por realizar o curso de auxiliar administrativo, com carga horária de 160 horas, nos *campi* Centro, Duque de Caxias, e Unidades Remota de Paty do Alferes e Saquarema. O curso de assistente, com carga horária de 160 horas, nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e Unidade Remota de Saquarema. O curso de almoxarife, com carga horária de 160 horas, foi realizado, no *campus* Centro. O curso de recepcionista, com carga horária de 160 horas, nos *campi* Centro, Duque de Caxias e Engenho Novo II.

O Pronatec no Colégio Pedro II

O curso de cuidador infantil, com carga horária de 160 horas, realizou-se no *campus* Duque de Caxias e o curso de auxiliar de secretaria Escolar, com carga horária de 180 horas, em Duque de Caxias, Engenho Novo II, Paty do Alferes e Saquarema. O curso de espanhol básico, com carga horária de 160 horas, no *campus* Engenho Novo II e UR Paty do Alferes. De acordo com o acervo documental do período de 2014/2, os dados são apresentados conforme tabela a seguir:

Tabela 6: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2014/2

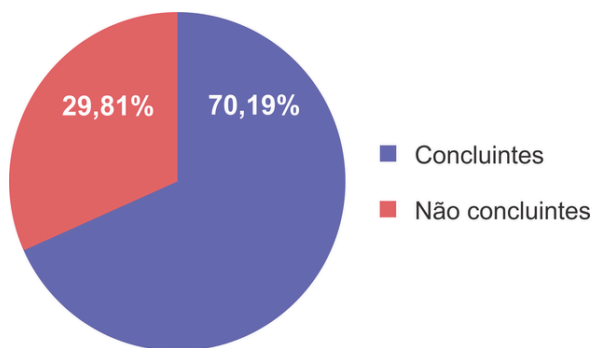
SSNº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERIODO	MATRICULADOS	CONCLUINTE		NAO CONCLUINTE	
					F	M	F	M
1	CENTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	21/07/2014 a 14/10/2014	26	2	13	1	10
2		ASSISTENTE ESCOLAR	21/07/2014 a 09/10/2014	27	15	5	3	4
3		ALMOXARIFE	21/07/2014 a 25/09/2014	27	3	14	1	9
4		RECEPCIONISTA	21/07/2014 a 09/10/2014	28	17	0	11	0
5	DUQUE DE CAXIAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	17/07/2014 a 08/10/2014	20	8	7	4	1
6		ASSISTENTE ESCOLAR	17/07/2014 a 08/10/2014	30	21	2	5	2
7		CUIDADOR INFANTIL	21/07/2014 a 25/09/2014	20	15	0	5	0
8		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	17/07/2014 a 08/10/2014	30	22	2	4	2
9		RECEPCIONISTA	17/07/2014 a 06/10/2014	20	14	0	6	0
10	ENGENHO NOVO II	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	16/07/2014 a 01/10/2014	29	14	5	5	5
11		ASSISTENTE ESCOLAR	16/07/2014 a 29/09/2014	22	8	5	3	6
12		ESPAHOL BASICO	23/07/2014 a 08/10/2014	19	4	7	5	3
13		RECEPCIONISTA	16/07/2014 a 01/10/2014	19	14	0	4	1

O Pronatec no Colégio Pedro II

14	UNIDADE REMOTA PATY DO ALFERES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	21/07/2014 a 22/11/2014	29	17	3	6	3
15		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR - T1	21/07/2014 a 19/11/2014	32	22	3	5	2
16		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR - T2	21/07/2014 a 27/11/2014	23	15	2	6	0
17		ESPAÑHOL BASICO	21/07/2014 a 06/11/2014	28	11	2	7	8
18	UNIDADE REMOTA SAQUAREMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO - MANHA	18/07/2014 a 15/09/2014	19	10	4	1	4
19		AUXILIAR ADMINISTRATIVO - NOITE	18/07/2014 a 15/09/2014	20	10	3	2	5
20		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR - TARDE	18/07/2014 a 22/09/2014	26	19	2	5	0
21		AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR - NOITE	18/07/2014 a 22/09/2014	28	23	1	4	0
22		ASSISTENTE ESCOLAR - NOITE	18/07/2014 a 15/09/2014	18	13	2	1	2
TOTAL POR GENERO					297	82	94	67
TOTAL GERAL				540	379	161		

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 07: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2014/2



Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

**Figura 9 – Formatura
Unidade Remota (UR)
Paty do Alferes - Ano 2014**



Fonte: Site do CPIL. 2014

**Figura 10 – Formatura
Pronatec Campus
Duque de Caxias - Ano 2014**



Fonte: Site do CPIL. 2014

**Figura 11 – Formatura
Pronatec Campus Centro e
Engenho Novo II - Ano 2014**



Fonte: Site do CPIL. 2014

Dando prosseguimento às ações do Pronatec, sua nova coordenação-geral, nomeada em fevereiro de 2015, formalizou com o FNDE o Termo de Cooperação (TC) nº 3.538.1, de 21 de outubro de 2015. Para a formação de equipes de trabalho, considerando o planejamento de cursos ainda não ofertados, existiu a necessidade de divulgação de mais seis novos editais para bolsistas. O Edital Institucional de Extensão nº 01/2015, para supervisor conteudista, foi lançado em 30 de março. O Edital nº 02/2015 promoveu a seleção de revisor ortográfico. O de nº 03/2015, de 01 de abril, e o de nº 04/2015, de 12 de maio, informavam sobre a prorrogação do Edital de nº 01/2014 e 15/2014, respectivamente. O Edital nº 5, de 26 de outubro, e nº 6, de 13 de novembro de 2015, para professores. Foram ofertadas 210 vagas, sendo encaminhadas pelos demandantes MTE e MDS, com inscrições *online* e confirmação de 200 matrículas pelos *campi*. Os cursos realizaram-se nos *campi* Centro, Engenho Novo II e Tijuca II, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, de 18h às 22h, totalizando 8 turmas iniciadas no final do segundo semestre de 2015, ou seja, compondo o período de 2015/2 a 2016/1. A equipe técnica foi formada por 1 coordenador-geral, 5 coordenadores adjuntos, 3 supervisores de curso, 3 orientadores, 5 apoios acadêmicos e administrativo e 16 professores.

O Pronatec no Colégio Pedro II

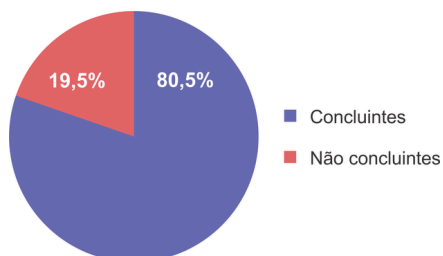
Com carga horária de 200 horas, os novos cursos foram assim distribuídos: francês básico, ofertado nos *campi* Centro e Tijuca II; organizador de eventos, nos *campi* Engenho Novo II e Tijuca II; inglês básico, no *campus* Centro; e três turmas de inglês intermediário, no *campus* Engenho Novo II, totalizando oito turmas no período. O período de 2015/2 a 2016/1 apresenta-se com os dados abaixo:

Tabela 7: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero – 2015/2 a 2016/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERÍODO	MATRICULADOS	CONCLUINTE		NÃO CONCLUINTE	
					GÊNERO			
					F	M	F	M
1	CENTRO	FRANCÊS BÁSICO	15/12/2015 a 31/03/2016	25	11	9	4	1
2		INGLÊS BÁSICO	15/12/2015 a 31/03/2016	20	11	6	1	2
3	ENGENHO NOVO II	ORGANIZADOR DE EVENTOS	15/12/2015 a 31/03/2016	20	11	8	1	0
4		INGLÊS INTERMEDIÁRIO TURMA A	15/12/2015 a 31/03/2016	30	12	12	5	1
5		INGLÊS INTERMEDIÁRIO TURMA B	15/12/2015 a 31/03/2016	30	9	15	5	1
6		INGLÊS INTERMEDIÁRIO TURMA C	15/12/2015 a 31/03/2016	30	16	8	6	0
7	TIJUCA II	FRANCÊS BÁSICO	15/12/2015 a 31/03/2016	25	17	3	3	2
8		ORGANIZADOR DE EVENTOS	15/12/2015 a 31/03/2016	20	7	6	4	3
TOTAL POR GÊNERO					94	67	29	10
TOTAL				200	161		39	

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 08: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2015/2 a 2016/1



Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Em 2016, mediante o cenário de crise econômica, com cortes orçamentários inclusive na área da educação, bem como devido às mudanças no sistema de pactuação dos cursos, o CPII promoveu significativos esforços para a manutenção do programa e formalizou com o FNDE o Termo de Cooperação (TC) nº 4.992, de 08 de novembro de 2016.

Lançaram-se então os Editais nº 3, de 25 de outubro, e nº 4, de 26 de outubro, com o objetivo de prorrogar a validade dos Editais nº 04 e nº 06 do ano de 2015. Em 2016 foram lançados nos Editais nº3, de 25 de outubro e nº4 de 26 de outubro, com o objetivo de prorrogar a validade dos Editais nº 04 e nº 06, do ano de 2015.

Foram ofertadas 184 vagas, por meio dos demandantes Ministério do Turismo (MTur), através da Riotur, e MDS, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego. A matrículas aconteceram no período de outubro a dezembro. Os cursos realizaram-se nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e Tijuca II, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, de 18h às 22h totalizando 7 turmas. A equipe técnica foi formada por 1 coordenador-geral, 4 coordenadores adjuntos, 4 supervisores de curso, 4 orientadores, 6 acadêmicos e administrativos e 30 professores.

O curso de assistente financeiro, com carga horária de 240 horas, foi realizado nos *campi* Centro, Engenho Novo II e Tijuca II. O *campus* Duque de Caxias realizou o curso de agente de gestão de resíduos sólidos, com carga horária de 300 horas. No *campus* Engenho Novo II realizaram-se os cursos de agente comunitário de saúde, com carga horária de 400 horas, e de recepcionista em serviços de saúde, com carga horária de 300 horas. No *campus* Centro, o curso de reciclador contava com carga horária de 300 horas.

De acordo com o acervo documental do período de 2016/2 a 2017/1 são apresentados os dados a seguir:

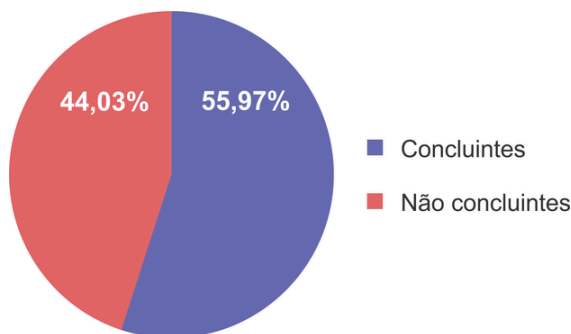
O Pronatec no Colégio Pedro II

Tabela 8: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2016/2 a 2017/1

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERIODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NAO CONCLUINTES		
					GÊNERO				
					F	M	F	M	
1	CENTRO	ASSISTENTE FINANCEIRO	01/12/2016 a 20/04/2017	20	12	2	5	1	
2		RECICLADOR	01/12/2016 a 20/04/2017	30	3	4	12	11	
3	DUQUE DE CAXIAS	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	01/12/2016 a 29/05/2017	30	6	10	8	6	
4	ENGENHO NOVO II	ASSISTENTE FINANCEIRO	01/12/2016 a 19/04/2017	20	6	3	8	3	
5		AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	01/12/2016 a 30/06/2017	32	23	0	9	0	
6		RECEPCIONISTA EM SERVIÇOS DE SAÚDE	01/12/2016 a 23/05/2017	32	18	0	14	0	
7	TIJUCA II	ASSISTENTE FINANCEIRO	01/12/2016 a 19/04/2017	20	15	1	3	1	
TOTAL POR GÊNERO						83	20	59	22
TOTAL				184	103		81		

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 09: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2016/2 a 2017/1



Fonte: A autora, 2024.

O segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff teve como características, como se sabe, instabilidades políticas e econômicas que dificultaram extraordinariamente sua governabilidade. Alguns analistas oriundos das ciências sociais e outras áreas do conhecimento, como a comunicação, por exemplo, afirmam que o golpe de estado de natureza parlamentar sofrido pelo Brasil em 2016 não teria ocorrido sem a conjunção de forças entre atores sociais internos e externos à sociedade brasileira. Nesse contexto, as políticas públicas que estavam em andamento sofreram diversos impactos, entre eles, o mais significativo, que era o repasse de recursos orçamentários para RFECPT. Nesse cenário a dificuldade de manutenção do programa a partir de 2017 foi significativa, pois culminou em queda no número de vagas oferecidas pelo MEC, dificultando, dessa maneira a continuidade do programa.

Diante do exposto, Em 2017 formalizou-se o Termo de Cooperação (TC) nº 6633 de 17/04/2018 junto ao FNDE. No primeiro semestre de 2017, em concomitância com os cursos em funcionamento, iniciados em dezembro de 2016, foram planejadas as ofertas de cursos para o ano de 2017. O que balizou o planejamento do CPII foram as prioridades informadas pela Setec/MEC. Diante disso, foram publicados os editais nº 01, de 22 de setembro, que prorrogava o edital de 01 de outubro de 2016, e o Edital nº 02, de 30 de outubro, para a seleção de professores.

Os cursos realizaram-se nos *campi* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II e Tijuca II, no turno da noite, às segundas, terças, quartas e quintas-feiras, de 18h às 22h.. Foram ofertadas 250 vagas, tendo como demandantes o MTE e o MDS, através da Secretaria Municipal do Trabalho. Um total de 250 matrículas foram confirmadas pelos campi, totalizando 10 turmas. No *campus* Centro realizou-se o curso de auxiliar de saúde bucal, com carga horária de 350 horas. Optou-se por realizar no *campus* Duque de Caxias o curso de agente cultural e assistente de produção cultural com carga horária de 192 horas e o curso de músico de banda, nas modalidades violão e pandeiro com carga horária de 240 horas. No *campus* Engenho Novo II, realizou-se o curso de higienista em serviços de saúde, com carga horária de 280 horas e no *campus* Tijuca II o curso recepcionista em serviços de saúde, também com carga horária de 280 horas, totalizando 10 turmas. A equipe técnica foi formada por 1 coordenador-geral, 4 coordenadores adjuntos, 4 supervisores de curso, apoios acadêmicos e administrativos e 29 professores.

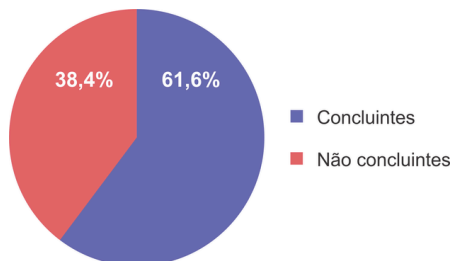
O Pronatec no Colégio Pedro II

Tabela 9: Quantidade de Matriculados, Concluintes e Não Concluintes por Curso/Turma/Gênero - 2017/2 a 2018/2

Nº DE TURMAS	CAMPUS	CURSO	PERIODO	MATRICULADOS	CONCLUINTES		NÃO CONCLUINTES		
					GÊNERO				
					F	M	F	M	
1	CENTRO	AUXILIAR DE SAUDE BUCAL TURMA 1	18/12/2017 a 18/08/2018	25	15	4	5	1	
2		AUXILIAR DE SAUDE BUCAL TURMA 2	18/12/2017 a 18/08/2018	25	14	2	8	1	
3	DUQUE DE CAXIAS	AGENTE CULTURAL TURMA 1	18/12/2017 a 18/07/2018	25	10	4	5	6	
4		AGENTE CULTURAL TURMA 2	18/12/2017 a 18/07/2018	25	8	4	9	4	
5		ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL TURMA 1	18/12/2017 a 06/08/2018	25	5	5	12	2	
6		ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL TURMA 2	18/12/2017 a 06/08/2018	25	10	3	5	7	
7		MUSICO DE BANDA PANDEIRO	18/12/2017 a 18/08/2018	25	13	10	1	2	
8		MUSICO DE BANDA - VIOLAO	18/12/2017 a 18/08/2018	25	9	10	3	3	
9	ENGENHO NOVO II	HIGIENISTA EM SERVIÇOS DE SAUDE	18/12/2017 a 18/08/2018	25	11	4	7	3	
10	TIJUCA II	RECEPCIONISTA EM SERVIÇOS DE SAUDE	18/12/2017 a 18/08/2018	25	10	3	9	3	
TOTAL						105	49	64	32

Fonte: A autora, 2024.

Gráfico 10: Percentual de concluintes e não concluintes no período de 2017/2 a 2018/2



Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Considerando a análise dos relatórios técnicos e de avaliação dos cursos, disponíveis no acervo documental, identificou-se particularidades voltadas a captação de alunos, pelos demandantes, para participação no programa. Na recepção dos nossos alunos, desde o primeiro contato, os postos de atendimento do MTE, Sines, Poupa Tempo e correlatos, não forneceram as informações necessários para que os alunos entendessem os motivos para serem encaminhados para realização dos cursos. Não houve o cuidado de identificar oportunidades de curso próximas à residência dos alunos e dentro de suas áreas de experiência profissional prévia e seus interesses de estudo. Alguns ex-alunos(as) residentes em áreas muito distantes do local de participação do curso, foram submetidos a uma rotina extenuante de mais de 2 horas de trânsito para chegarem ao local das aulas.

Outra questão que merece destaque é que algumas ex-alunas eram mães de crianças pequenas e isso dificultou, ainda mais, sua frequência por não terem com quem deixar seus filhos no horário das aulas. Diversos ex-alunos(as) alegaram, também, que não lhes foi permitido escolher a área de sua qualificação, sendo obrigatória. Essa questão gerava muita insatisfação nos participantes, acarretando em muitos casos a desistência dos(as) participantes.

Outro fator apontado é referente ao atraso nos repasses orçamentários do governo federal para as Instituições Federais, que resultava na impossibilidade de participação dos ex-alunos(as) nos cursos, mediante a falta de recursos para o transporte e alimentação.

Ainda que nesse contexto, alguns ex-alunos(as) concluintes dos cursos do Pronatec, foram direcionados para o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), da nossa instituição, e segundo eles(as), foi a re(experiência) da sala de aula do Pronatec, que os incentivou a prosseguir nos estudos.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Constatamos, portanto, que apesar dos desafios impostos pelo programa, quanto a implementação dos cursos FIC, no CPII, garantiu-se a ampliação da oferta de cursos em outros eixos tecnológicos do que àqueles que são ofertados, no CPII, uma vez que contemplou 2 eixos tecnológicos que não fazem parte da “*expertise*” da Instituição. Sendo eles: Ambiente e Saúde, com oferta de 7 cursos e Gestão e Negócios, com oferta de 3.

Atualmente, o CPII, oferece cursos técnicos em 4 eixos tecnológicos. São eles: Hospitalidade e Lazer, Desenvolvimento Educacional e Social, Informação e Comunicação e Produção Cultural e Design, num total de 7 cursos, entre as modalidades subsequente, integrado e PROEJA. Salientamos, que a definição de eixos tecnológicos tanto para os cursos FIC, como os cursos técnicos, são baseados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

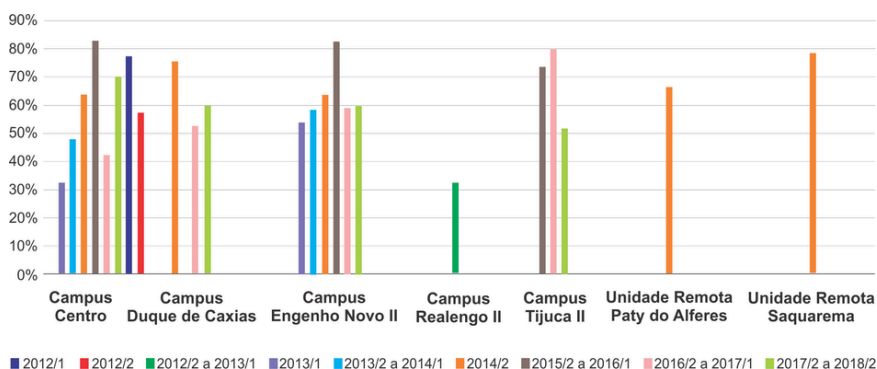
Diante do exposto, verifica-se que durante os 7 anos em que o CPII participou do Pronatec, foram ofertadas, 1.814 vagas distribuídas em 25 (vinte e cinco) modalidades de cursos FIC, totalizando 64 turmas, em 6 eixos tecnológicos.

Cabe salientar que durante todo o processo de implementação e divulgação do Pronatec, o governo federal reforçava apenas a importância da ampliação do número de matrículas a serem ofertadas, excluindo-se dos discursos a verificação do índice de retenção escolar dos(as) ex-alunos(as) e a averiguação do aproveitamento desses cursos na vida dos cidadãos.

Do total de vagas ofertadas, 1595 vagas foram preenchidas, ou seja, os(as) ex-alunos(as) confirmaram as matrículas, sendo que 1008 ex-alunos(as) concluíram os cursos com frequência superior a 75%, resultando num índice de retenção de fluxo escolar (RFE) no período de 2012/1 a 2018/2 de 63,20%. Esse resultado é apresentado de forma detalhada no gráfico a seguir:

O Pronatec no Colégio Pedro II

Gráfico 11: RFE por campus e Unidade Remota no período de 2012/1 a 2018/2



Fonte: A autora, 2024.

Na concepção gramsciana a cultura tem como princípio a união entre corpo e mente, entre o pensamento e a atividade manual. E o trabalho seria o processo de construção cultural, onde o homem não só modifica a realidade, mas também transforma a si próprio, possibilitando a mudança dos aspectos que divide a sociedade.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Dessa forma, o registro dos dados aqui apresentados demonstra além das matrículas efetivadas, a concretização do programa de maneira detalhada, e do quantitativo de ex-alunos(as) que concluíram os cursos, mesmo com os entraves apresentados, resgatando assim dados técnicos do programa e da história institucional.

Nesse diapasão o resgate dessa história vai além desse registro dos dados técnicos, apresentados até o momento, mas também busca a averiguação de vivências e experiências, para construção da memória coletiva dos(as) participantes. Realizou-se a coleta de dados de duas amostras distintas, sendo 10 profissionais, ou seja, os agentes de atuação, e 40 ex-alunos(as). Foram utilizados formulários eletrônicos, modelo *google forms*, no formato semiaberto.

O tratamento de dados quantitativos utilizou-se para a apresentação das perguntas fechadas, uma vez que sintetizam, de maneira geral os dados da frequência construída e da distribuição de percentuais. São de um modo geral uma forma mais compreensível para apresentação desse tipo de dado.

Para o tratamento dos dados qualitativos, optou-se pela análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), que permite o estabelecimento de indicadores para interpretação das informações coletadas.

Na elaboração do formulário as perguntas similares para as duas amostras de participantes foram construídas com vistas a analisar e registrar as experiências e aprendizados dos participantes, colaborando para composição da história do Pronatec, no CPII.

De forma geral, os dados colhidos nos formulários colaboraram para composição da pesquisa, tendo em vista que responderam as dúvidas primárias, o que de certa forma, também demonstra a relevância dessa pesquisa.

O Pronatec no Colégio Pedro II

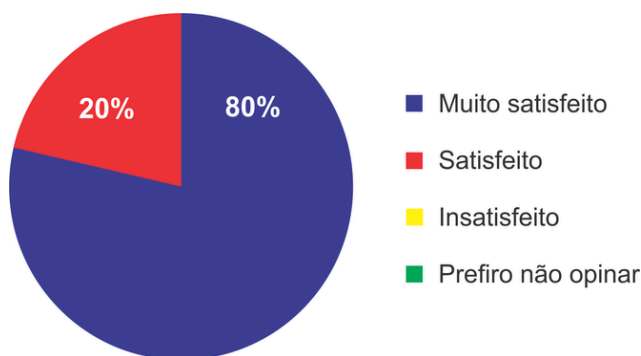
No primeiro momento verificou-se quanto ao aceite, ou não, de participação na pesquisa, uma amostra referente aos agentes de atuação, ou seja, os 10 profissionais. A outra amostra dos(as) ex-alunos(as), num total de 40 participantes.

Quanto aos agentes de atuação, 100% concordaram em participar. Na amostra referente aos ex-alunos(as) 97,5% concordaram em preencher e 2,5 % não concordaram.

Com o objetivo perceber a relevância da proposta do produto educacional, que é a criação de um livro digital (*e-book*) foi apresentada a seguinte questão: ***Como você se sentiria em relação à contribuição de suas experiências para a criação de um e-book (livro digital) que registre a história do Pronatec no Colégio Pedro II?***

O gráfico abaixo apresenta resultado satisfatório, dos agentes de atuação para criação do e-book, pois 80% dos participantes, informaram que ficariam “muito satisfeitos” e 20% satisfeitos, conforme é apresentado a seguir:

Gráfico 12: Agentes de Atuação – Relevância do Produto Educacional

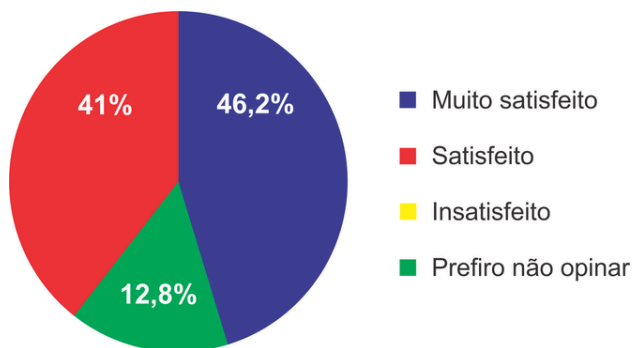


Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

O gráfico dos ex-alunos (as), apresenta que 46,2% consideram muito satisfeito, 41 % satisfeito e 12, 8% não opinaram. Dessa forma ambos os participantes consideram a elaboração do *e-book* muito satisfatória, o que destaca a relevância da pesquisa, e da elaboração do produto educacional.

Gráfico 13: Ex-alunos(as) – Relevância do Produto Educacional

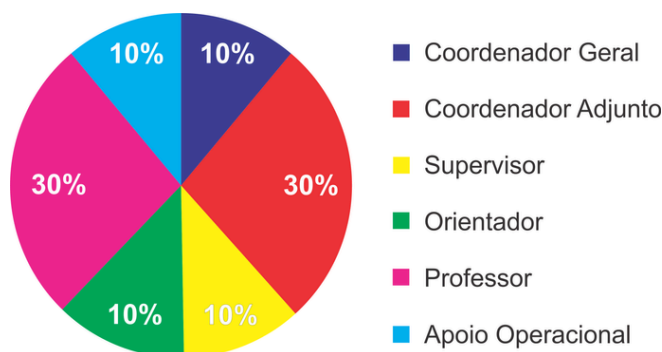


Fonte: A autora, 2024.

Dentre as características dos perfis considera-se importante apresentar, na amostra dos agentes de atuação, os índices de respostas de participação e ano em que atuaram. Já para a amostra dos(as) ex-alunos(as) os cursos e ano em que participaram do Pronatec. Dessa forma os gráficos abaixo, apresentam detalhadamente as informações. Observou-se que os 6 tipos de agentes de atuação que participaram do Programa, responderam a pesquisa, o que corrobora para resultados mais abrangentes, tendo em vista a diversidade nas atribuições de cada profissional e a vivência dos mesmos. Dessa forma obteve-se a resposta de 10% do Coordenador-Geral, 30% de coordenadores-adjuntos, 10% de supervisor, 10% de orientador, 10% de apoio operacional e 30% de professores. O gráfico a seguir representa o resultado.

O Pronatec no Colégio Pedro II

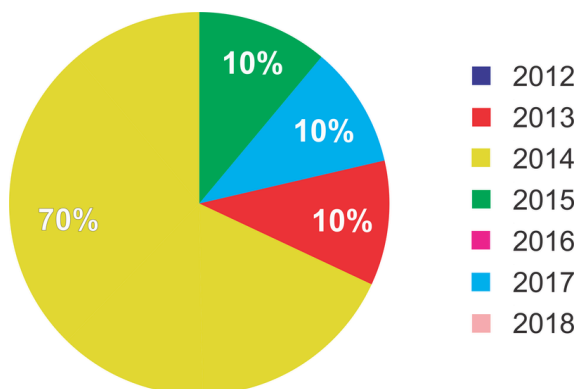
Gráfico 14: Agentes de atuação – Qual a função exercida no curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Pronatec ?



Fonte: A autora, 2024.

Outro fator de observação considerado foi o ano de participação desses profissionais, onde 10% é do ano de 2013, 70% são do ano de 2014, 10% é do ano de 2015 e 10% é do ano de 2017, conforme é apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 15: Agentes de atuação – Em que ano você participou do Pronatec?

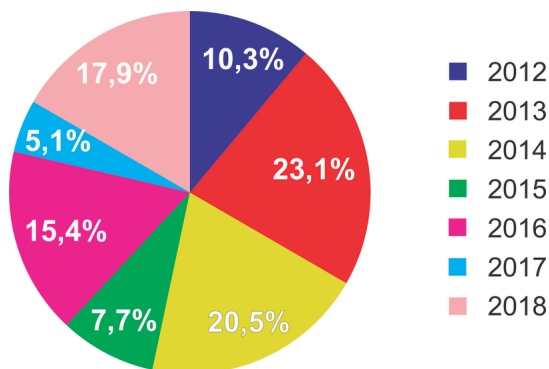


Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Considerando o longo período que abrange a pesquisa indagamos também para os ex-alunos (as), sobre o ano de conclusão do curso, e identificou-se que 10,3% do ano de 2012, 23,1%, eram do ano de 2013, 20,5% de 2014, 7,7% do ano de 2015, 15,4% do ano de 2016, 5,1% do ano de 2017, 17,9% do ano de 2018. Nesse contexto, a amostra tem resultado satisfatório, para análise dos dados, uma vez que teve participantes em todos os anos de execução do curso.

Gráfico 16: Ex-aluno(as) - Em que ano concluiu o Pronatec?

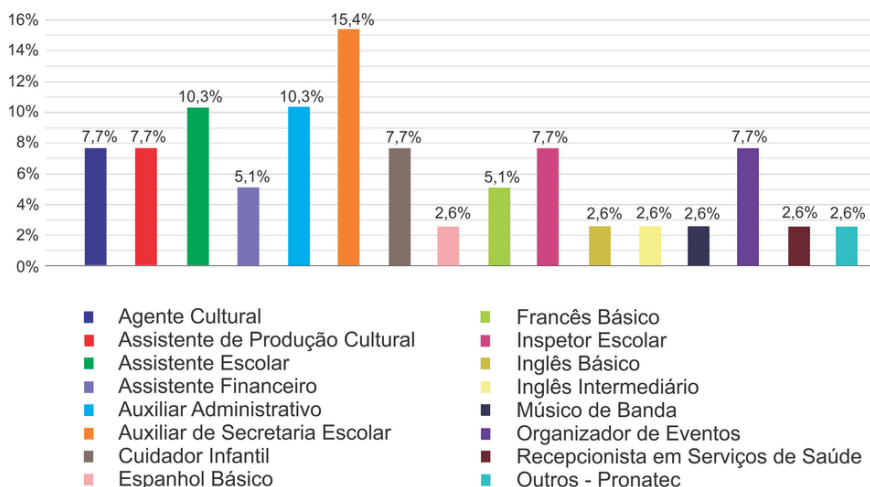


Fonte: A autora, 2024.

No gráfico acima é possível identificar que entre os 25 tipos de curso executados no CPIL, obteve-se resposta em 15 desses cursos, indicando assim adesão dos participantes em 60% do rol de cursos executados, que englobam os 6 eixos tecnológicos ofertados, ou seja 100%.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Gráfico 17: Ex-aluno(as) - Identifique o curso que você frequentou.



Fonte: A autora, 2024.

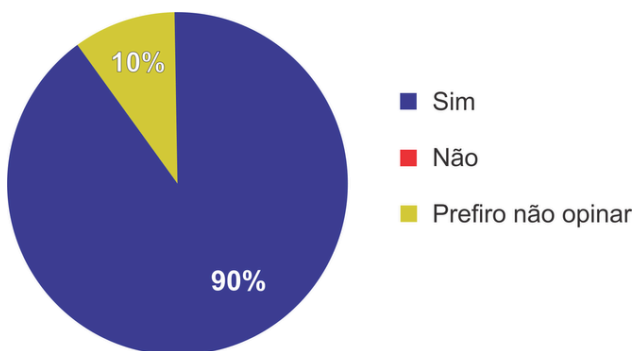
Quanto a construção da memória dos participantes incluímos no formulário perguntas que contemplassem essa questão.

A memória coletiva, para Halbwachs desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Sobre o papel dessas relações, Halbwachs (1990, p. 51) informa que “[...] diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios [...]”.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Sob essa perspectiva, com o objetivo de estimular os agentes de atuação a resgatar essa memória, considerando suas lembranças ou momentos marcantes voltadas às experiências, foi adicionada ao questionário, a seguinte pergunta: ***Você tem lembranças específicas ou momentos marcantes relacionados ao Pronatec no Colégio Pedro II que gostaria de compartilhar?*** O resultado é apresentado conforme gráfico abaixo.

Gráfico 18 - Agentes de atuação - Lembranças e momentos marcantes



Fonte: A autora, 2024.

Considerando que 90% dos participantes informaram que tinham lembranças específicas e momentos marcantes e 10% preferiu não opinar. **Indagou-se “quais” seriam essas considerações.** Obteve-se as seguintes respostas:

O Pronatec no Colégio Pedro II

“Como professor do Curso de relação interpessoal, pude perceber como o comportamento humano é único e intransferível. Com esse curso pude trabalhar vários conteúdos que eles levaram para vida e para o trabalho”;

“Os encontros de planejamento em equipe no CCE e as ambiência no CENII”;

“Momento em que não contávamos que a publicação do edital no site do colégio trouxesse um muito acima de candidatos profissionais do que havíamos previsto. Foram noites e até madrugadas de muito trabalho”;

“A importância do vínculo com jovens e adultos onde eles trazem consigo suas histórias de vida e a intensidade de cada acontecimento vivido . A preocupação de ajudar em cada história e acontecimento. A organização de toda equipe para um bom trabalho”

“Feedback positivo dos alunos, a gratidão pela oportunidade de estarem realizando o curso, o clima de apoio e união da equipe de toda a equipe, tanto professores, pessoal de apoio, coordenadores. As festinhas de encerramento que os alunos organizavam como forma de agradecimento e a amizade que alguns mantiveram até hoje”;

“A disposição dos alunos, o comprometimento dos professores, a formatura que foi linda e as amizades conquistadas”;

“Como orientadora pude tentar contribuir com a história de vida de alguns dos alunos orientando, acolhendo e tentando ajudar”;

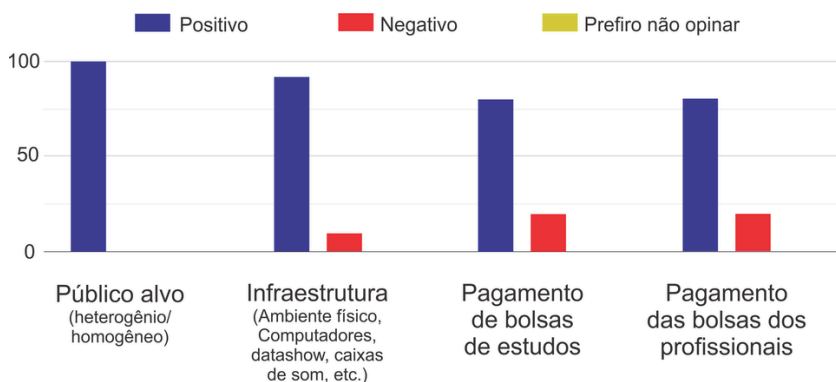
“O curso foi muito importante para vários estudantes que já estavam um tempo parado e após o curso do Pronatec animaram dar continuidade aos seus estudos. Ainda hoje encontro com ex alunos que compartilham o quanto o curso foi importante para suas vidas”;

“Trabalho em equipe, inclusive as madrugadas para organização de editais, seleção, organização de materias. Formatura dos alunos”.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Tendo ainda como foco as experiências dos agentes de atuação sob a ótica que trata da identificação dos pontos positivos ou negativos. O gráfico demonstrou que 100% consideraram o público heterogêneo como ponto positivo, quanto a infra-estrutura, 90% consideraram positivo e 10% negativo. Quanto ao pagamento de bolsa para os estudantes, 80% consideraram positivo e 20% negativo. Quanto ao pagamento de bolsa dos profissionais, 80% consideraram positivo e 20% negativo.

Gráfico 19 – Agentes de atuação - Pontos positivos e negativos



Fonte: A autora, 2024.

Considerando a existência de outros pontos positivos, indagou-se também **“quais” seriam esses pontos** e, 80% dos participantes apresentaram suas sugestões:

“A variedade de cursos que criam oportunidades diferenciadas de atuação profissional”;

“Equipe de trabalho”;

“Sim, a função do Coordenador Geral: desempenha com qualidade o trabalho de formação, acompanhando em todos os momentos às demandas necessárias para garantir os profissionais da equipe a realização do trabalho”;

O Pronatec no Colégio Pedro II

“Organização geral da Coordenação”;

“Projeto muito bom do governo que deveria retornar. Proporcionou muitas oportunidades para os alunos e muita troca de conhecimento para os profissionais”;

“O Colégio escolhido era de fácil acesso para os estudantes Empenho dos Profissionais”;

“Empenho dos profissionais”;

“Não identifico outros pontos”.

Como ponto negativo foi apresentado por 10% o “atraso no repasse das verbas para pagamento das bolsas” e por 10 % a “dificuldade de aquisição de materiais no início do curso”.

Ainda com foco na experiências e em pontos de melhoria incluiu-se a seguinte pergunta, como obrigatória, no formulário para os participantes da amostra de agentes de atuação: ***O que você acredita que poderia ser feito para melhorar ou expandir programas como o Pronatec?***

“Penso que essa parceria Pronatec e Pedro II foi perfeito, para melhorar nada a acrescentar, mas que pudesse ter mais cursos onde as pessoas pudessem participar”;

“Avançar para além do CPII”;

“Considero a proposta do programa bem completa”;

“A regularidade da entrega das bolsas e passagens dos alunos”;

“Divulgação”;

“Voltar a expandir o curso para o interior do Estado”;

“Investimento”;

“Fechar parcerias com prefeituras do interior. Onde a oferta por formação continuada é muito menor”;

O Pronatec no Colégio Pedro II

“Ofertar cursos que sejam próximos à residência dos alunos; Horário de término das aulas noturnas não ultrapassar às 20:30 porque muitos pegam trem e mais tarde do que isso, dificulta o retorno deles pela escassez do transporte e como consequência eles acabam não permanecendo na aula até o final; Não haver exigência de prova ao final do curso, pois a maioria trabalha durante o dia e não tem tempo ou disposição para isso (todos os trabalhos e atividades devem ser desenvolvidos e avaliados durante o tempo das disciplinas); Ofertar cursos atualizados que atendam às necessidades do mercado de trabalho e com disciplinas curriculares que capacitem e empoderem os alunos a terem mais empregabilidade (ex: Programação, Enfermagem, Elaboração de Projetos, Assistente de Gestão de Pessoas)”;

Sob essa ótica de fatores para melhoria identificados na pesquisa, destaca-se a **“interiorização”** dos cursos, prevista na Lei de criação do Pronatec, por meio de parcerias com as prefeituras. Ressalta-se que há relato de agentes de atuação exaltando a oportunidade de participar de um projeto no interior, oriundo do CPII, assim como, solicitando a retomada desse programa ou de projetos similares.

Na amostra de agentes de atuação, no mesmo intuito de identificar as experiências, ao serem indagados sobre o relato de outra informação, experiência ou sugestão obteve-se 3 respostas, que são descritas a seguir:

“Oferta de mais cursos que atendam a demanda social”;

“Trabalhei também como professora na disciplina de ética e cidadania e o aluno falou pra mim vim aprender ética e estou terminando o curso querendo fazer faculdade. Foi muito gratificante”;

“Apenas agradecer por ter feito parte dessa história”.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Para composição da memória coletiva dos ex-alunos(as), encaminhou-se a seguinte pergunta: **Como foi a sua experiência ao participar do Pronatec? Quais foram os principais aprendizados para sua vida?** Para organização das respostas, considerando o agrupamento de palavras e frases com mesmo sentido, das 39 respostas recebidas, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 10 – Ex-alunos(as) - Aprendizados e experiências dos ex-alunos(as)

Boa	6
Muito boa	8
Ótima	4
Produtivo, com bons conhecimentos	5
O curso como um todo	5
Foi incrível, professores extremamente qualificados, aulas com material de apoio, organização da escola.	8
Outros	3

Fonte: A autora, 2024.

Nessa mesma pergunta obteve-se respostas no item **“outros”** conforme relatos abaixo:

“Eu aprendi muito a lidar com o ser humano”;

“As oportunidades são apresentadas e devemos aproveitar”;

“Além de conhecer pessoas muito legais, principalmente a Professora de Francês, durante o curso, eu consigo hoje entender o básico da língua me ajudando a me comunicar e ajudar outras pessoas com o mesmo objetivo”

O Pronatec no Colégio Pedro II

Diante do exposto, e considerando as unidades da tabela acima, identificamos que as experiências e aprendizados relatados pelos ex-alunos(as) apresentam os seguintes índices: 19,35% consideraram boa, 25,81% muito boa, 12,90% ótima, 9,68 % produtivo com bons conhecimentos, 9,68% o curso como um todo, 12,90% professores qualificados, material de apoio e organização da escola e 9,68% no item outros, conforme relatos acima.

Considerando ainda o levantamento das experiências, 4 participantes, ou seja 9,68% da amostra desses ex-alunos, ao serem indagados sobre o compartilhamento de outras informações e sugestões, responderam o seguinte:

"Gostaria de ter continuidade nos cursos de idiomas. Fiz o básico apenas";

"Seria de grande valia ter extensão dos mesmos";

"Foi uma oportunidade única. O ambiente e as trocas de experiências foram motivadoras. A minha base da língua francesa foi construída no Pedro II e graças a essa base, hoje eu trabalho falando francês em uma empresa francesa de 500 funcionários";

"Foi muito incetivada a volta a estudar a fazer minha faculdade pelos professores e diretores,a experiência neste colégio foi única nunca conheci um colégio de tanta credibilidade, queria voltar a estudar lá,sonho que a minha filha consiga também estudar lá";

"O Colégio Pedro II deveria dar mais cursos de música".

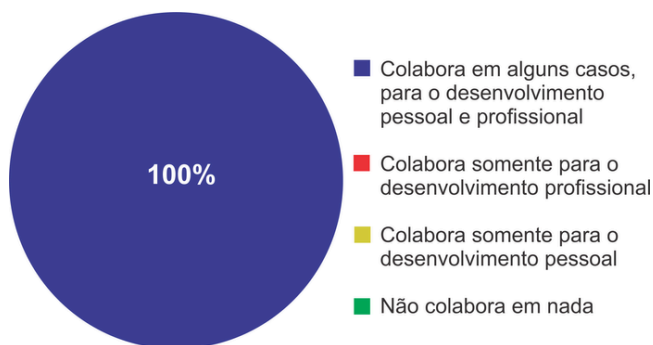
Segundo Ramos (2014) a integração diz respeito a uma concepção de formação humana que tem como base todas as dimensões indissociáveis da vida humana, o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, no processo educativo.

O Pronatec no Colégio Pedro II

A Formação Inicial e Continuada (FIC), prevista no Art. 39 da Lei Nº 9.394/98 e normatizada pelo Decreto 5.154/04, constitui-se num processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou re(inserção) no mundo do trabalho, com vistas ao exercício profissional.

Sob o prisma das atividades de *formação inicial e continuada*, indagou-se ao agentes de atuação, sobre a colaboração, ou não, no desenvolvimento dos indivíduos. O gráfico demonstra que 100% dos agentes de atuação consideram que os cursos colaboram em alguns casos para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Gráfico 20 – Agentes de atuação - Percentual de colaboração dos cursos de formação inicial e continuada na formação de indivíduos



Fonte: A autora, 2024.

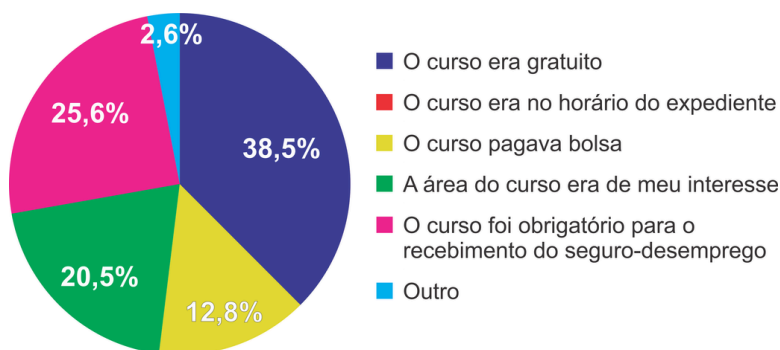
Segundo Gramsci (1968), a escola enquanto uma dimensão cultural da sociedade, se insere como uma concepção geral da vida, uma filosofia ética, política e, prática, uma verdadeira “filosofia da práxis”, que deve oferecer uma dignidade aos sujeitos sociais que lhes permitam ser dirigentes e, ao mesmo tempo, se oporem às ideologias autoritárias e conservadoras, lhes servindo como princípio político-pedagógico de luta, em prol da construção de uma sociedade socialista autenticamente democrática.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Nessa perspectiva, buscou-se desvelar de que maneira os cursos impactaram na vida dos ex-alunos(as), após a participação dos mesmos, e para esse fim apresentamos os gráficos e as considerações a seguir.

No primeiro momento questionamos **o motivo pelo qual levaram a se matricular no curso**. Dos 39 participantes obteve-se como resposta: 38,5% era que o curso era gratuito, 25,6% o curso foi obrigatório para recebimento do seguro-desemprego, 20,5% a área do curso era de meu interesse, 12,8% informaram que era porque o curso pagava bolsa e 2,6% respondeu no item “outro” o seguinte: “Foi minha mãe que me inscreveu”.

Gráfico 21 - Ex-alunos(as) - Motivo de matrícula dos ex-alunos(as)



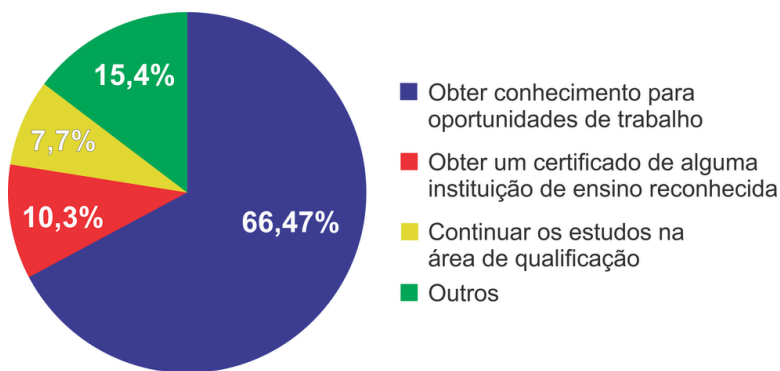
Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Posteriormente buscou-se perceber **qual o objetivo para concluir o curso**. Dos 39 participantes, a grande maioria 66,7% (26 respondentes) informou que era para obter conhecimento para oportunidades de trabalho, 10,3% (4 respondentes) era para obter certificado de uma instituição de ensino reconhecida, 7,7% (3 respondentes) era para continuar os estudos na área de qualificação, 15,4% (6 respondentes) reponderam ao item **“outros”** da seguinte forma:

“Seguro desemprego” (4 participantes);
“Era para aprender francês”;
“Nenhum motivo”.

Gráfico 22 – Ex-alunos(as) - Objetivo para concluir o curso

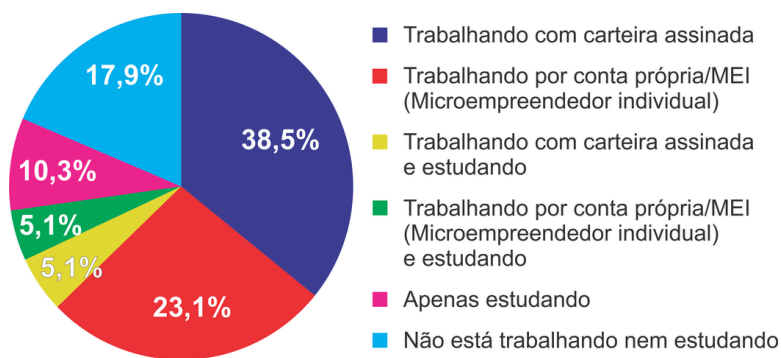


Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Dando prosseguimento a coleta de dados voltadas a amostra de ex-alunos(as), no intuito de perceber suas vivências, inerentes a continuidade dos estudos e o mundo do trabalho após a conclusão do curso, inseriu-se a seguinte pergunta para os 39 respondentes: **Atualmente você está:**

Gráfico 23 – Percentual da empregabilidade e da continuidade dos estudos



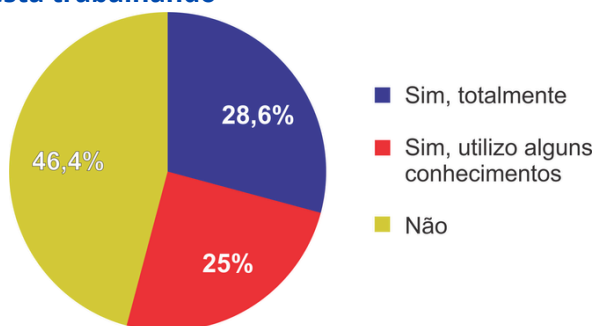
Fonte: A autora, 2024.

Dos 39 respondentes, 28 participantes, ou seja 71,8% que responderam que estavam trabalhando, considerando que 38,5% trabalhando com carteira assinada; 23,1% trabalhando por conta própria/MEI; 5,1% trabalhando com carteira assinada e estudando; 5,1% trabalhando por conta própria/MEI e estudando. Para os demais participantes 10,3% responderam que estão apenas estudando e 17,9% não estão trabalhando e nem estudando.

Para os 28 participantes que responderam que estavam trabalhando, ou seja 71,8%, indagou-se: **Você atualmente trabalha na área em que se qualificou no curso Pronatec-FIC?** 28,6% responderam que sim, totalmente; 25%, sim utilizo alguns conhecimentos, o que totaliza 53,6%, do rol de participantes, e 46,4% informaram não utilizar, de acordo com o gráfico a seguir:

O Pronatec no Colégio Pedro II

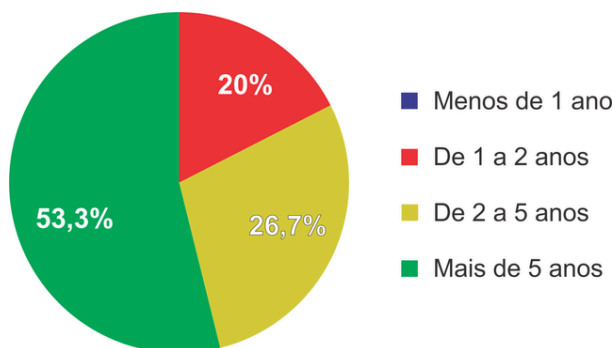
Gráfico 24 – Percentual de conhecimento utilizado do curso FIC para quem está trabalhando



Fonte: A autora, 2024.

Ainda na amostra de ex-alunos(as) foi indagado para o rol de 53,6%, ou seja ex-alunos(as), que utilizavam conhecimentos dos cursos totalmente ou parcialmente: ***Há quanto tempo você trabalha na área profissional em que se qualificou no curso Pronatec-FIC?*** 20% responderam de 1 a 2 anos, 26,7% de 2 a 5 anos e 53,3% mais de 5 anos.

Gráfico 25 – Ex-alunos(as) - Percentual de tempo na área profissional com os conhecimentos do curso FIC

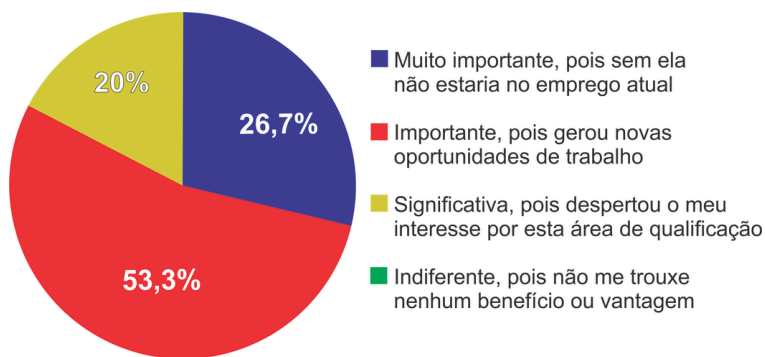


Fonte: A autora, 2024.

O Pronatec no Colégio Pedro II

Nessa perspectiva, indagou-se para esse rol de 53,3% sobre a utilização dos conhecimentos adquiridos, no curso FIC, com a seguinte pergunta: ***Para a atividade que você exerce no seu trabalho atual, você considera que o desenvolvimento profissional obtido com a realização do curso PRONATEC/FIC?*** Identificou-se parâmetros muitos positivos uma vez que 26,7% consideraram muito importante pois sem ela não estaria no emprego atual, 53,3% consideraram importante pois gerou novas oportunidades de trabalho e 20% significativa pois gerou meu interesse por essa área de qualificação, de acordo com o gráfico abaixo.

Gráfico 26 – Ex-alunos(as) - Percentual de satisfação obtido com o Curso FIC para o desenvolvimento profissional



Fonte: A autora, 2024.

Considerando ainda uma possível contribuição dos cursos na vida dos participantes para àqueles que nos informaram que estavam apenas estudando ou não estavam trabalhando e nem estudando (gráfico 23) e para os que responderam que não trabalhavam atualmente na área em que se qualificaram, indagou-se para os 24 participantes: ***“Após a conclusão do curso Pronatec/FIC, em algum momento você trabalhou na área que se qualificou?”***

O Pronatec no Colégio Pedro II

Obteve-se o seguinte resultado: 12,5% informaram que trabalharam na área em que participaram do curso, 50% 12 informaram que não conseguiram vaga de trabalho na área, 16.7% informaram não ter interesse de trabalhar na área, 4,2% informou que não trabalhou porque encontrou trabalho melhor e outra área, 12,5% informaram que priorizaram os estudos e o 4,2% respondeu o item outro da seguinte forma:

“O curso de francês me proporcionou compreender artigos científicos e conseguir me comunicar no exterior durante uma viagem para congresso”

Considerações Finais

O fulcro principal desse produto educacional é resgatar a memória institucional e registrar a história da implementação do Pronatec no CPII, durante o período de 2012/1 a 2018/2.

Não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são individuais: pessoas e não grupos, se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs (2013) afirma que a memória individual não existe, sempre escreve “eu me lembro”. Nesse interim, se toda memória fosse coletiva seria necessário somente uma pessoa para uma cultura inteira. Porém, temos consciência de que não é assim. Como todas as atividades humanas a memória é social e pode ser compartilhada. Por essa razão cada indivíduo tem algo para contribuir com a memória social.

Durante o desenvolvimento desse trabalho, a coleta de informações empíricas, as análises sobre o objeto geraram uma interpretação do movimento da realidade, num contexto de relações sociais contraditórias. Revelando ao seu final que a construção e articulação dos resultados de cada uma das etapas da pesquisa, conduziram o estudo ao alcance da resposta do questionamento inicial, da produção do texto e do produto educacional.

Os resultados aqui apresentados demonstram que os cursos FIC podem ser o início de uma trajetória na Educação Profissional e que a elevação do nível de escolaridade também contribui para autonomia do cidadão. Nesse contexto, há uma perspectiva favorável para oferta dos mesmos. Sabe-se que o Pronatec/FIC não tem como finalidade elevar a escolaridade dos alunos, porém conforme os relatos apresentados, a realização dos cursos, oportunizou aos alunos o convívio com os agentes de atuação que os orientaram a ir além da qualificação profissional.

De certo, o Brasil possui um histórico de desigualdade educacional estrutural e tem um longo caminho a percorrer na oferta de educação profissional de qualidade para todos, em especial na criação e ampliação de escolas técnicas teóricas e práticas que tenha o trabalho como princípio educativo.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BOCLIN, Beatriz et al. Memória Histórica do CPEI: 180 anos de história na Educação do Brasil, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 75, de 15-10-2013. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927. Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 18653, 26 ago. 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5241-22-agosto-1927-563163-publicacaooriginal-87295-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 26 jul. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 6, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6096-24-abril-2007-553447-norma-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

Referências

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Decreta%3A,Parapho%20C3%BAnico>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.118, de 10 de outubro de 2013. Altera o Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012, que dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação de matrícula e frequência em curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, com carga horária mínima de cento e sessenta horas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 out. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8118.htm. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 27 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: conheça a história e as ações do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) . Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

Referências

BRASIL. Lei Nº 12.677 de 2 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino; altera as Leis nºs 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga as Leis nºs 5.490, de 3 de setembro de 1968, e 5.758, de 3 de dezembro de 1971, e os Decretos-Leis nºs 245, de 28 de fevereiro de 1967, 419, de 10 de janeiro de 1969, e 530, de 15 de abril de 1969; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 26 jun. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL Ministério da Educação. Manual de Gestão da Bolsa-Formação. 3. Edição. [2011]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/publicacoes/Manual_de_gesto_bolsa_formao_2021.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL .Ministério da Educação. PNE em movimento. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Guia PRONATEC de Cursos FIC. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36436-guia-pronatec-de-cursos-fic> . Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2012, aprovado em 9 de maio de 2012 – Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN112012.pdf?query=FUNCIONAMENTO. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.209, de 29 de abril de 2011. Visa criar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio; 9.394, de 20 de dezembro 1996, 210 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; e dá outras providências. República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=500079>. Acesso em: 20 jul. 2024.

Referências

BRITO, Leonardo. Leonidas. Politecna da aprendizagem e a centralidade do trabalho em proudhon: alguns breves apontamentos. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v.2, n.19, p.1-12, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11235> . Acesso em: 13 fev. 2023.

COLÉGIO PEDRO II. Propgpec foca em ações de incentivo à pesquisa e à extensão: ações da Propgpec: balanço em 2014.2015. Disponível em: https://cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/2514-propgpec.html Acesso em: 06 fev. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Relatório de gestão do exercício de 2011. Rio de Janeiro. CPII. 2018. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/8530-relat%C3%B3rios-anuais-de-atividades-da-auditoria-interna.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

COLÉGIO PEDRO II. Projeto Político Pedagógico Institucional. 2020c. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2024.
ao=500079. Acesso em: 20 jul. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Planejamento Estratégico Institucional (2019-2023). Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9835-planejamento-estrat%C3%A9gico-2019-2013.html>. Acesso em: 04 fev. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023). Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9720-pdi.html>. Acesso em: 04 fev. 2024.

CORBUCCI, P. R. et al. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO,J.A.; AQUINO, L.; ANDRADE, C.C. de, (Orgs). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília – DF – IPEA, 2009, P.91-108.doi:10.11606/T

CORROCHANO. M.C. O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi: 10.11606/T.48.2008.tde-06042009-102813. Acesso em: 22 jul.2024.

Referências

ClAVATTA, Maria. O materialismo histórico e a pesquisa em educação profissional. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 22, p. 1-15, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13896>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13869>. Acesso em: 25 maio 2023.

CUNHA, L.A. O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata. São Paulo: UNESP, 2000. 190 p.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Assembléia Geral das Nações Unidas. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 out. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. BUENO, Maria Sylvania Simões. O público e o privado na educação. In: WITMANN, L.C. GRACINDO, R.V. (orgs.). Políticas e Gestão da Educação. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Estrutura e funcionamento dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Trabalho apresentado na XXX REDITEC, 2006, Fortaleza, CE.

FONSECA, Janilson Gomes da; FERREIRA DOS SANTOS, Maria Aparecida. PRONATEC FIC: uma avaliação da eficiência, eficácia e da efetividade dos cursos oferecidos pelo programa. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 16, p. 1-22, mar. 2019. DOI:10.15628/rbept.2018.xxxx. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7860>. Acesso em: 29 set. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 165 p. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez, 1991

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2013.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21. p. 211-260, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipe.gov.br/ppp/inex.php/article/viewFile/89/158>. Acesso em: 27 set. 2022

FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria. (org.). Teoria e educação no labirinto do capital. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GALLINDO, Erica L.; FERES, Marcelo M.; SCHROEDER, Nilva. O Pronatec e o Fortalecimento das Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Kuis Herberto. Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o Pronatec/BolsaFormação entre 2011 e 2014. Cadernos de Estudos, n. 24 – “Desenvolvimento Social em Debate”. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério da Educação (MEC), p. 21-45, 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo:Atlas, 2008. 200 p.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. Maquiavel e notas sobre o estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Cadernos do Cárcere, v. 3)

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KASSICK, Clovis Nicanor. Pedagogia libertária na história da educação brasileira. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n. 32, p.136-149, dez. 2008. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5095/art09_32.pdf. Acesso em: 19 julho 2024.

KUENZER, Acácia. Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 2001.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LEHER, Roberto. A Ideologia da Globalização na Política de Formação Profissional Brasileira. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n. 4, p. 117-134, Aug./1998.

LEITE, Priscila Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. CIAIQ 2018, v. 1, 2018.

Referências

MACHADO, Lucília Regina. Politécnica, escola unitária e trabalho. 2.ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez Editora, 1991.

MAGALDI, Ana Maria e Gondra, José (org.). A reorganização do campo educacional no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1990.

MANFREDI, Silvia. Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia. Porto. Publicações. Escorpião. 1985.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro 1: 31.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: ANTUNES, R. (Org). A dialética do trabalho II. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

NEVES, Ricardo Dias. O Colégio Pedro II no contexto da Educação Profissional e Tecnológica: Aspectos Legais. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Educação Profissional e Tecnológica - Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2021.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.) Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 02 out. 2022.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. Revista Brasileira de Educação v. 12, n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf> . Acesso em: 02 out. 2022.

OLIVEIRA, M. A. M. Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas– SP: Papirus, 2003.

Referências

PACHECO, Eliezer Moreira. Bases para uma Política Nacional de EPT(2008). Linhas Críticas, v.16, n.30, 71-88. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v16i30.3568>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 10 out. 2022.

PACHECO, Eliezer Moreira. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 2011.

RAMOS, Marise. A educação tecnológica como política de estado. In: OLIVEIRA, Ramon de (Org). Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate.

RIBEIRO, M.L.S. História da Educação Brasileira: a organização escolar. 12. ed. São Paulo: Cortez; São Paulo: Autores Associados, 1992.

RODRIGUES, V. M. O fórum de pró-reitores de extensão e sua contribuição no debate sobre a extensão universitária. Revista Educação e Políticas em Debate, [S.l.], v. 4, n.2 ago./dez. 2016. DOI: 10.14393/REPOD-v4n2a2015-34562. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/34562>. Acesso em: Acesso em: 19 jul. 2024.

SAVIANI. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, abr. 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SERRA, Liliana Giusti. Os livros eletrônicos e as bibliotecas. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-01122015-101516/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

